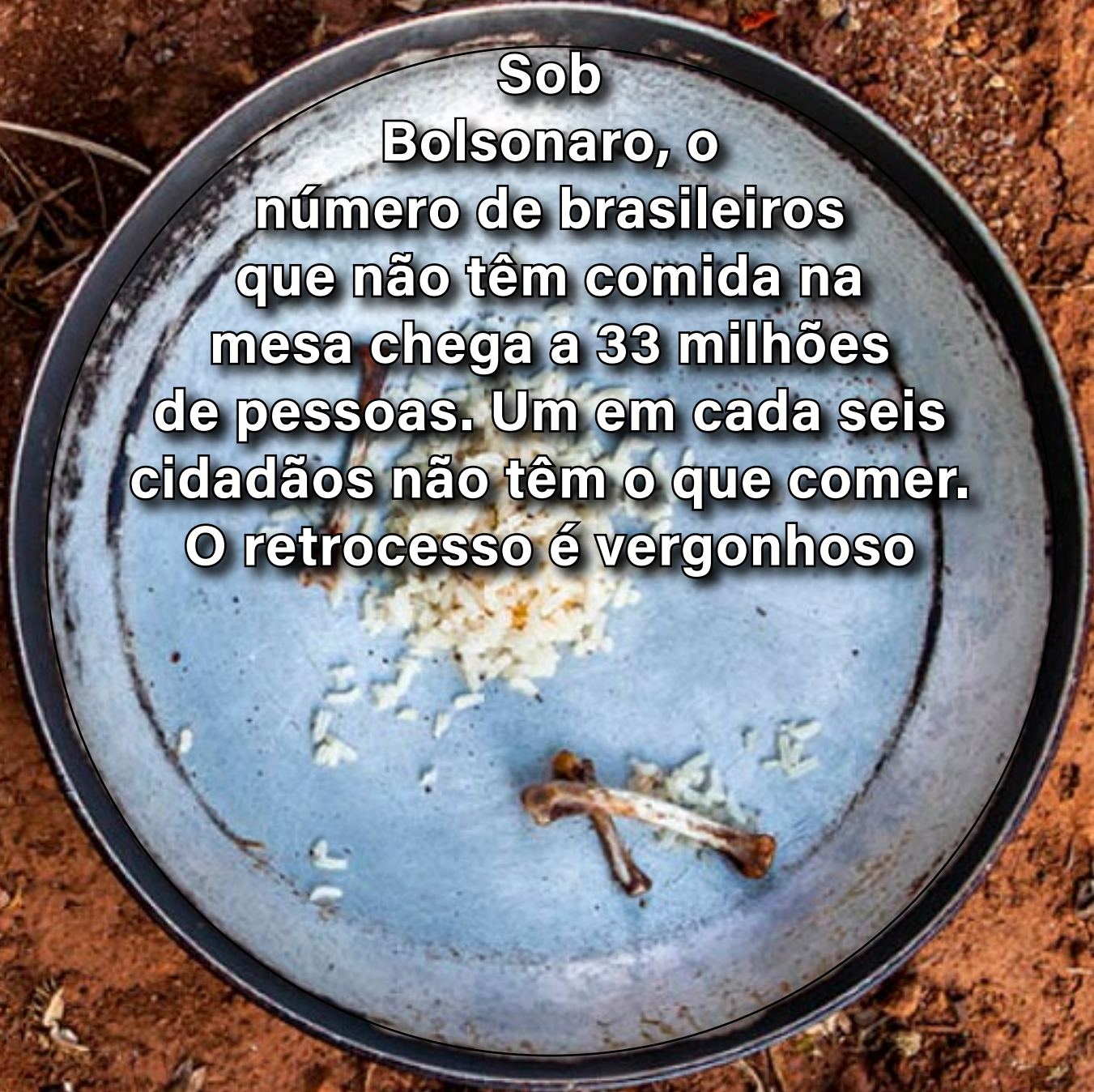


A FOME AVANÇA



**Sob
Bolsonaro, o
número de brasileiros
que não têm comida na
mesa chega a 33 milhões
de pessoas. Um em cada seis
cidadãos não têm o que comer.
O retrocesso é vergonhoso**

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 13 de Junho de 2022 Nº 62

Combustível: Bolsonaro manobra impostos até dezembro

Rogério Carvalho: retrocessos no Brasil não têm precedentes

Como o PT salvou o Brasil: sustentabilidade ambiental

Cúpula das Américas: Bolsonaro mente na cara de Biden



ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL
SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO: FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores. TRANSMISSÃO: PT DCM Fórum TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA

NO YOUTUBE

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

33 MILHÕES DE FAMINTOS: É QUASE O CANADÁ

A política econômica do governo Bolsonaro mostra seu mais dramático resultado: a tragédia social brasileira. Em pouco mais de um ano, o número de brasileiros com fome saltou de 19 milhões para 33 milhões de pessoas. É quase a população do Canadá, que tem 37 milhões de habitantes.

Página 12

EDITORIAL. Os governos do PT mostraram compromisso em combater a fome

Página 4

ENTREVISTA. Rogério Carvalho: Nordeste vai consagrar Lula em 2022

Página 6

CRISE. Com Bolsonaro, a pobreza aumenta e a desigualdade cresceu mais

Página 14

CASA. Projeto permite que bancos tomem único imóvel de trabalhadores

Página 15

COMBUSTÍVEIS. Ao zerar ICMS, governo tira dinheiro da saúde e educação

Página 16

DESASTRE. Senador Jean Paul Prates diz que governo estoura Pacto Federativo

Página 17



Prefeitura Municipal de Bonito

MEDO. Lula: governo não toca na política de preços dolarizada da Petrobrás

Página 18

ERRO. Guedes propõe o fim do regime de partilha para pegar receita futura

Página 19

PESQUISAS. Lula mantém liderança e pode matar eleição já no 1º turno

Página 20

ORGANIZAÇÃO. Iniciativa do PT já conta com 2.500 comitês de luta no país

Página 22

RACISMO. Coalizão Negra quer mais negros e negras nos parlamentos do país

Página 24

MEIO AMBIENTE. Como o PT salvou o país: com ações de sustentabilidade

Página 25

VERGONHA. Com Biden, Bolsonaro volta a mentir sobre o que faz no Brasil

Página 27

CRIME. Jornalista inglês desaparece na Amazônia, com indigenista

Página 28

CHILE. A direita não aceita os avanços incluídos pela Assembleia Constituinte

Página 29

COLÔMBIA. Gustavo Petro enfrenta os conservadores em duro segundo turno

Página 30

HISTÓRIA. A morte de Stuart Angel em 1971 e a política habitacional de Lula

Páginas 32 e 33

MÚSICA. 'Combat Rock', o último grande disco da última grande banda: Clash

Página 34



A FOME TEM PRESSA

Aloizio Mercadante

A superação da fome é a pauta mais urgente do Brasil neste momento histórico. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar

no Contexto da Pandemia de Covid-19, divulgados na última semana, apontam que 33,1 milhões de brasileiros vivem em situação de fome, 14 milhões a mais do que em 2020. O patamar é o mesmo de 30 anos atrás.

São mais de 125 milhões de

brasileiros em insegurança alimentar, ou seja, que não têm comida garantida todos os dias, nem em quantidade, nem em qualidade.

No mesmo sentido, o IBGE aponta que os 5% da população com menor renda tiveram queda de 33,9% no rendimen-

to médio de 2020 para 2021. A baixa é a mais intensa entre 13 classes pesquisadas pelo IBGE.

Este é o trágico retrato de pessoas que foram abandonadas pela falta de políticas públicas do governo Bolsonaro, incapaz de apresentar soluções para a inflação dos alimentos e para minimizar o sofrimento do povo.

Ao mesmo tempo em que a fome avança, Bolsonaro leva adiante um processo precário de privatização da Eletrobrás. Com a venda da estatal de energia para a iniciativa privada, o Estado perderá a capacidade de regulação e de gestão do setor.

O resultado da entrega de um monopólio natural tão estratégico serão tarifas abusivas que prejudicam não só as famílias, mas também a competitividade do país. Além disso, serão inviabilizados programas exitosos, como foi o Luz para Todos.

Desesperado com o iminente fracasso eleitoral, Bolsonaro agride o pacto federativo e propõe uma esdrúxula redução da alíquota de ICMS sobre combustíveis para tentar conter a inflação, uma imensa irresponsabilidade social. A fixação de um teto para o ICMS pode significar perdas de cerca de R\$ 20 bilhões para o Fundeb, de R\$ 11 bilhões para o SUS e a redução da receita de estados e municípios. O ressarcimento aos entes federados, se houver, será feito com outorga da Eletrobrás e royalties da Petrobrás, o que significa comprometer o patrimônio público com uma ação incerta, com duração apenas até o final do ano.

O impacto sobre a redução dos preços deve ser mínimo e não há garantias de que chegará ao consumidor final, pois

a eventual diminuição pode ser absorvida pelas margens das refinarias, distribuidoras e postos ou por novos reajustes impostos pela manutenção da política de Preço de Paridade de Importação (PPI).

Essa proposta, combinada à tentativa de privatização da Petrobrás, é apenas um paliativo com o objetivo do governo de ganhar tempo, evitando desa-

O ÚNICO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE COLOCOU O ENFRENTAMENTO DA FOME NO CENTRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FOI LULA

gradar o mercado com alguma mudança na PPI ou os eleitores com novo reajuste no preço dos combustíveis, que pela atual regra já se encontra 20% defasado. Não passa de estelionato eleitoral e uma bomba fiscal para o próximo governo.

O Brasil precisa de uma transição para uma nova política de preços dos combustíveis e do gás que leve em consideração os custos de produção e refino no mercado interno e a garan-

tia de abastecimento em todo o território nacional.

Mas, é preciso terminar este texto da mesma forma que iniciei, ou seja, chamando atenção para a emergência da fome, que deveria causar vergonha à elite tacanha deste país.

O único presidente que colocou o enfrentamento da fome no centro das políticas públicas foi Lula. Para ele, a fome não é um conceito subjetivo, mas uma experiência de vida. Por isso, retiramos o país do Mapa da Fome, em 2014, no governo Dilma Rousseff.

É imperativo retornarmos um Bolsa Família renovado e ampliado para resgatar o poder de compra do nosso povo e garantirmos renda compatível com as atuais necessidades da população. O que propomos é um projeto nacional de desenvolvimento justo, solidário, soberano e sustentável, diferente do modelo neoliberal que levou o país ao atraso e ao caos social em que se encontra.

Nosso projeto de país soberano passa pela recomposição do papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais. Ainda, pelo respeito ao pacto federativo, a recuperação de uma política externa ativa e altiva, a restauração de todas as instâncias de participação social e do avanço em mecanismos de governança e controle social.

Mas, estou seguro de que, liderados por Lula, apoiados pela nossa militância aguerrida e apaixonada e sustentados por uma ampla base democrática, seremos capazes de, juntos, reconstituir nosso país para que nenhum brasileiro volte a passar fome. •

“LULA ESTÁ NA MEMÓRIA AFETIVA DO POVO DO NORDESTE”

Candidato de uma frente ampla ao governo de Sergipe, o senador petista diz que a eleição é vital para o país retomar a esperança. “Com Lula, vivia-se com menos dificuldade, as pessoas tinham mais autonomia, mais liberdade, tinham o que comer, a inflação estava controlada”, lembra.

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) tem o desafio de levar o Partido dos Trabalhadores de volta ao governo do Estado, cargo que foi ocupado por Marcelo Déda de 2007 até o seu falecimento em 2013. A experiência petista no governo estadual foi marcante para a população sergipana em função dos avanços na qualidade de vida. O estado chegou a atingir um nível quase que de pleno emprego, mas hoje tem mais de 20% da sua população desempregada. A taxa entre os jovens é ainda maior, alcançando a maioria.

Assim como no plano nacio-

nal e em outros estados, em Sergipe a busca é pela construção de uma frente ampla para derrotar o bolsonarismo. Além do PT, fazem parte da coligação Solidariedade, PSB, PCdoB e PV – que integram a federação partidária com o PT – e ainda podem chegar PSOL, Rede e o MDB. Senador de primeiro mandato, ex-deputado estadual, federal e também secretário de Saúde do governo de Déda, Rogério está confiante na possibilidade de vencer a eleição até mesmo no primeiro turno.

A construção da vitória nas eleições estaduais tem ligação intrínseca com a ascensão de Lula e das ideias que ele representa para todo o povo nordestino. O avanço civilizatório é uma marca que está na memória das pessoas, segundo o se-

nador. Nesta entrevista à Focus Brasil, ele fala sobre a rejeição que a condução do combate à pandemia gerou para o Jair Bolsonaro e salientou que a disputa é entre o Brasil do século 18 e um país que possa avançar em direção ao século 22.

Focus Brasil – O senhor participou ativamente da CPI da Covid acompanhado de perto o que aconteceu no Brasil. A forma como Bolsonaro e governos estaduais ligados a ele conduziram a questão deve ser um tema importante na eleição?

Rogério Carvalho – Eu acho que vai. Vamos ter alguma repercussão com relação à opinião pública. Isso está gravado em Bolsonaro: a negligência. As pessoas o veem como um



insensível, como alguém que foi negligente e criminoso na condução do combate à pandemia no Brasil. Sinto isso por onde passo. É um sentimento, nós precisamos aferir de forma mais objetiva, mas o sentimento é de que o presidente da República agiu de forma criminosa no combate à covid porque ele produziu um comportamento de risco que levou milhares de brasileiros à morte. E isso considerando que ele promoveu aglutinação, foi contra o uso da vacina e demorou a fazer aquisições e reservas de imunizantes quando o Brasil era campo de teste clínico da maioria das vacinas que estavam à disposição no início de 2021 no mundo inteiro. Ele tentou obstruir as ações dos governadores que queriam isolamento, fez uma aliança com um grupo que negou a vacina e promoveu a ideia de que a sociedade tinha

que ficar exposta ao vírus e contrair imunidade adquirida naturalmente ao invés de patrocinar a vacina.

Bolsonaro se associou com a Prevent Senior que passou a ser uma referência do tratamento com o uso de cloroquina, ivermectina e o kit covid. Ele fez testes em seres humanos em Manaus, na Prevent Senior. O presidente patrocinou e as pessoas que fazem parte do governo patrocinaram tudo isso. De certa maneira, uma parte da sociedade tem essa compreensão e eu acho que Bolsonaro já paga um preço por isso. Esse desgaste já está consolidado. Já está no passivo de Bolsonaro. É a minha impressão. Com relação aos governadores, com exceção do governador do Amazonas e alguns do Norte, mas principalmente o do Amazonas, que ficou tentando mediar a relação dele com o Bolsonaro, a

maioria teve uma posição ativa e mais ou menos adequada no combate à pandemia. E o Congresso deu respostas, inclusive contrariando o Bolsonaro ao longo de todo o processo. Portanto, acho que já está contabilizada nessa rejeição do Bolsonaro toda a forma como ele se conduziu na pandemia.

– A gente nota a cada dia um fortalecimento do nome de Lula, principalmente no Nordeste. Durante a pandemia, foi o local que mais teve gente voltando para o ciclo da miséria e da fome. Qual é a expectativa que o senhor tem sobre esse anseio da população pela volta dele?

– As pessoas têm esperança. Lula foi presidente e deu dignidade, fez políticas que incluíam milhões de nordestinos. Vamos começar por algo que ninguém repara ou olha pouco,

a maioria das cidades nordestinas vivem de transferências constitucionais, ou seja, Fundo de Participação do Município, recursos da saúde, recursos da educação, recursos da assistência social... Mas tem algo que na maioria dos municípios é uma renda maior do que essas transferências: a aposentadoria rural. O Lula garantiu ao trabalhador rural do Nordeste acesso à aposentadoria rural. Uma família que tinha dois idosos que recebiam BPC passou a receber como aposentados rurais. Isso ampliou bastante a renda. Outra questão fundamental foram as políticas de inclusão. O Luz Para Todos, a gente não tem a menor ideia do que isso representou para a região Nordeste e a quantidade de famílias que foram incluídas por conta da chegada da energia elétrica. É uma coisa que é digna de um estudo profundo sobre o impacto disso na economia das famílias porque passaram a poder tirar água, armazenar comida, passaram a ter acesso à informação... Foi uma revolução sem precedentes e isso está gravado na memória das pessoas.

Outro programa que mexeu demais foi o Bolsa Família. Ele não era um programa como esse que o Bolsonaro fez com uma renda única. Era um complemento de renda. Então, se tinha uma pessoa trabalhando, mas tinha oito membros na família, era a média da renda que gerava o complemento do programa. Você tinha uma equalização de renda nas famílias nordestinas que melhorou a vida de muita gente, que gerou a possibilidade de pessoas terminarem a sua formação escolar, pessoas que conseguiram estudar, criar os seus filhos. Depois, o Minha Casa, Minha Vida que é outro programa extraor-

dinário que acabou com quase 90% das casas de taipa, casas inabitáveis ou muito ruins. Elas foram substituídas por casas de alvenaria. O programa das cisternas, o aumento do salário mínimo, isso impactou na previdência, no comércio, na agricultura familiar. Além disso, o crédito, o seguro-safra, o financiamento para aquisição de máquinas. Ou seja, a presença dos governos Lula para a região Nordeste, sem contar os investimentos que foram feitos pela

COM LULA, HAVIA UM BRASIL PLURAL, DIVERSO. E TAMBÉM ELE FOI DIVERSO E PLURAL NAS INICIATIVAS POLÍTICAS QUE ADOTOU PARA O NOSSO POVO

Petrobrás em Pernambuco ou a construção de portos como o Porto de Suape... Esses investimentos que ocorreram em infraestrutura na região Nordeste, a transposição do Rio São Francisco, é um conjunto de obras que gerou renda e que gerou melhoria da qualidade de vida. As pessoas tem lembrança de que elas viviam melhor.

– **Muito foi feito em 13 anos dos governos do PT**

– Quando você olha para a opi-

ção da população sobre este tempo, na verdade tem uma memória afetiva. Vivia-se com menos dificuldade, as pessoas tinham mais autonomia, tinham mais liberdade, as pessoas não davam o dia de serviço por qualquer preço, elas tinham o que comer, a inflação estava controlada. Aqui no meu estado, por exemplo, no final da década passada, em 2010, nós vivemos praticamente o pleno emprego. Hoje, nós estamos com mais de 24% de desempregados. Se pegarmos a população jovem, é a maioria. A gente teve programas como o Pró-Jovem que foi importante para que muitos jovens pudessem concluir a sua formação de Ensino Médio ou Fundamental, o EJA. São tantos programas... Assentamentos. Vocês não tem noção do que representou a reforma agrária. No meu estado, por exemplo, as mais de 2 mil famílias assentadas mudaram a cara da região mais seca, do semiárido. Com isso, além do assentado veio a agricultura familiar, a compra pela Conab desses produtos para a merenda escolar, ou seja, isso gerou um aquecimento para além da infraestrutura, casa, pavimentação, água... O PAC que impactou de uma forma mais geral. Então, é difícil você conseguir dizer o que foi. Foi o conjunto da obra, a diversidade de intervenções que o governo do presidente Lula fez que é a cara do slogan do governo dele que era inclusive das cores que representavam a marca do governo dele: O Brasil de Todos.

Era um Brasil plural, um Brasil diverso. E também ele foi diverso e plural nas iniciativas políticas que adotou para mexer com a vida das pessoas, mexer na economia e mexer com a renda, mexer com a garantia de direitos... Veja, aqui

tem uma questão que às vezes a gente não considera ou fala muito pouco, mas você imagine uma criança que tinha que pegar seis quilômetros de estrada a pé ou 12 quilômetros para ir à escola. Hoje, tem o caminho da escola. Introduziu a ideia de que as crianças que precisam ir para a escola precisam de transporte escolar na zona rural. Sabe o que significa isso? É ir ou não ir para a escola. Então, é um avanço civilizatório muito significativo, tanto do ponto de vista social quanto econômico.

– A partir de tudo isso que o senhor descreveu, qual é a importância das eleições deste ano? Essa forma de entendimento sobre os deveres do Estado e como deveria ser a sociedade brasileira está em jogo?

– Sim. O que está, exatamente, em disputa é qual Estado vamos ter a partir de janeiro de 2023. Um Estado que cumpra as suas responsabilidades constitucionais, um Estado soberano, um Estado que promove e que projeta o desenvolvimento social e econômico, que promove o investimento em ciência e tecnologia, em conhecimento, formação de pessoas para garantir a sua própria soberania enquanto Nação. Então, estamos falando de um Estado que precisa rever o seu marco regulatório fiscal para poder ter recursos e atender as demandas da sociedade. É uma eleição que vai definir o rumo, se nós vamos voltar a ser um país meramente exportador de commodities ou se nós vamos ser um país soberano, industrializado, com geração de riqueza no campo, nos centros urbanos, com cultura, com indústria, com tudo o que uma sociedade moderna exige, com muita tecnologia embarcada em todos os

processos, o que requer muito conhecimento, muita ciência e inovação sendo objeto de investimento e de incentivo governamental, pensando e projetando o país para o futuro. É isso o que está em discussão. Qual estado e qual país nós vamos ter a partir de 2023, se retornar ao século 19, século 18 ou se caminharemos em direção ao século 22.

– Não existe eleição ganha, mas a cada pesquisa em que

ESTA É UMA ELEIÇÃO QUE VAI DEFINIR O RUMO, SE NÓS VAMOS VOLTAR A SER EXPORTADOR DE COMMODITIES OU VAMOS SER UM PAÍS SOBERANO

se consolida a liderança de Lula, Bolsonaro dá chique e ataca o Judiciário. Como o Senado da República vê tais ameaças? Bolsonaro pode enveredar para uma lógica de um ataque como fez o Donald Trump nos EUA?

– A maioria dos senadores tem posição muito crítica à postura do Bolsonaro. E a maioria do Congresso o derrotou quando ele quis o voto impresso. Isso mostra que, apesar de ele ser o governo, o presidente, e a gente

sabe da força de um presidente junto a qualquer Parlamento, ele foi derrotado pela legitimidade do processo eleitoral e das urnas eletrônicas. Mesmo a gente tendo ganhado o debate, derrotando a PEC do governo, ele continua atentando contra a Justiça Eleitoral, buscando criar o clima para deslegitimar o TSE, o comando das eleições no Brasil. Quer justificar uma ação de resistência em caso de derrota, o que é muito provável. Mas não vejo que vá ter retaguarda institucional para tanto.

Me preocupa, porém, o dado de que nós tivemos mais de 1 milhão de armas ou de pessoas que se armaram durante o governo Bolsonaro. Isso é muito grave. É muito preocupante. E ele tem incitado a população a se armar para fazer uma insurgência contra um resultado eleitoral que a ele seja desfavorável.

– Em Sergipe, as pesquisas mostram a disputa eleitoral bem equilibrada. O senhor acredita que a polarização deva se repetir no estado?

– Aqui em Sergipe a gente tem uma disputa difícil como na maioria dos estados. Nenhuma disputa eleitoral é fácil, mas eu acho que a gente precisa, óbvio, do apoio da direção nacional para amarrar acordos políticos para a disputa eleitoral. As pessoas estão achando que a gente está no fim das eleições, e ainda não chegou nem no meio dela. Temos uma situação em que o Lula tem ampla maioria segundo pesquisas internas, e isso na espontânea. Quando sou colocado junto dos demais candidatos ao governo do estado, tenho 18% e apareço em segundo lugar. O primeiro colocado tem 30% e o terceiro, 15%. Quando esse primeiro é associado a Bolsonaro, cai bas-

tante. Quando sou associado a Lula, lidero com folga as intenções e voto.

A presença do Lula é fundamental para consolidar a nossa candidatura como vinculada a um projeto de país que Lula lidera para atravessar esse momento e sairmos vitoriosos. É fundamental esse trabalho que a direção nacional tem feito de fazer pesquisas, montar agenda, a presença do Lula na pré-campanha em algumas regiões. Isso vai consolidando a nossa posição e acho que ajuda a definir o resultado. E a gente vai eleger o senador, o nosso candidato [Valadares Filho (PSB)] está entre os primeiros colocados na disputa.

– No Nordeste há uma convicção mais plena de que o eleitor vai fazer inevitavelmente um cotejamento com o presidente. Largar com dois dígitos de intenção de voto onde o PT tem tradição com Lula e Marcelo Deda e mais a junção do seu nome ao do presidente Lula vai levar a chapa a vencer em Sergipe?

– Eu disputei quatro eleições até agora. Uma para deputado estadual, saí vencedor. Uma para deputado federal, fui o mais votado da história. Em 2014, com todas as dificuldades, depois da morte de Déda, Zé Eduardo doente, tive quase 45% dos votos. Perdi por dois vírgula alguma coisa. Em 2018, mesmo contra o governador, o líder de [Michel] Temer, as máquinas todas, eu ganhei a eleição para o Senado. Então, eu acho que essa força do Lula, a imagem poderosa do PT que a gente tem aqui, a memória do PT enquanto governo... Se a gente tiver a competência... Porque também tem isso, às vezes você não consegue ter

a competência de transformar isso numa ideia ou ideias-força que convençam, que cheguem ao eleitor. Mas a vinda do Lula, por exemplo, em breve para cá, vai fortalecendo. É provável que a gente possa ganhar a eleição no primeiro turno, dependendo de como fique o arranjo das candidaturas. E se o Lula dispara no primeiro turno, a gente dispara junto porque o voto vai ser casado. Vai ser 13 e 13 ou 22 e 22.

Há informações de que é

ESTA SERÁ UMA ELEIÇÃO COM FORTE VINCULAÇÃO ENTRE O PLEITO NACIONAL E O REGIONAL. E A CAMPANHA VAI DEIXAR ISSO MUITO CLARO AO POVO

uma eleição onde a vinculação do pleito nacional com o regional nunca foi tão forte. E a gente sabe que a solução para os problemas do país requer uma mudança na Presidência, mas requer também um alinhamento de posicionamento com essa mudança que vai ocorrer na presidência. A população está enxergando isso de forma ainda pouco clara. A campanha vem para poder tornar isso mais claro, mais palpável. Se a gente conseguir dar essa concretude,

não vejo impossibilidade da gente poder, eventualmente, ganhar a eleição no 1º turno. Veja, tudo depende da nossa própria competência. Claro, estamos lutando contra a “máquina”, contra duas “máquinas”, tudo isso tem força. Mas a força maior é a vontade de mudança que as pessoas têm e que está represada, a vontade de retomar a sua vida e a sua construção histórica de onde parou e que foi interrompida a partir de 2014. Eu diria que em 2013 a gente começou a interromper aquele ciclo, então são nove anos de interrupção, na prática, que as pessoas estão vivendo.

Elas querem oportunidades, elas querem uma nova chance de viver o que conseguiram viver, o inimaginável. Quem imaginava que poderia ter uma casa própria? Quem imaginava que poderia ter um carro? Que poderia entrar no banco tomar um empréstimo para comprar televisão, geladeira? Ter energia elétrica? Quem imaginava isso para o Brasil de 20 anos atrás? Pouca gente imaginava que isso poderia ser possível e Lula realizou. Os governos do PT realizaram. Eu acho que de alguma forma isso está latente. Se essa concretude for apresentada, eu acho que a gente avança muito mais rápido do que imaginamos em termos de decisão do eleitorado.

– Quais são os principais desafios que o senhor tem à frente do estado de Sergipe caso vença a eleição?

– Sergipe é um estado muito rico. Temos uma nova fronteira petrolífera, descoberta recentemente, que pode chegar a 500 mil barris de petróleo por dia. Uma parte é da Petrobrás, ainda no sistema anterior, o sistema de partilha. O sistema de cessão onerosa veio depois.

Ainda é regida pela lei que a Dilma aprovou. Os poços da Petrobrás vão produzir 240 mil barris de petróleo por dia, os poços da Exxon Mobile devem produzir a mesma quantidade. A retomada dos poços de produção de petróleo em terra... Nós já fomos o maior campo de produção de petróleo em terra do Brasil. A volta da exploração das plataformas de águas rasas. Esse conjunto todo e o retorno da atividade operacional da Petrobrás para Sergipe é uma expectativa muito grande, é muito importante para nós. A Petrobrás, uma empresa pública que faz investimento, é fundamental para assegurar o crescimento e desenvolvimento. Tem a perspectiva da construção de um gasoduto do mar para a terra para transportar esse gás e para que ele não seja reinjetado, como sempre foi, nos poços de petróleo. Então, que ele venha e que possa ser utilizado para a produção de ureia, por exemplo. Nós temos gás e água para produzir ureia para abastecer todo o mercado brasileiro do agronegócio. Em 10 anos, a gente teria gás suficiente para produzir toda a ureia que a gente precisa, sem precisar importar ureia de lugar nenhum. Podemos ter aqui quatro, cinco plantas para produzir 5 milhões de toneladas de ureia por ano. A demanda é de 7 milhões por ano e com as indústrias que já existem a gente atende a demanda do Brasil com o gás saindo do poço e indo direto para a planta industrial. Isso é um sonho.

Temos aqui carnalita que é outro minério fundamental para a produção de fertilizantes. No governo da Dilma, a Vale iniciou a prospecção e já sabe qual é a área, o potencial, a quantidade que se pode produzir e o que significará para a indústria de

fertilizantes no Brasil. Nós temos calcário, podemos ter três, quatro fábricas de cimento que é uma demanda, está faltando cimento no mercado. Temos uma fronteira inteira com o Rio São Francisco, podemos ter desenvolvimento da piscicultura. A gente tem uma área turística pouco desenvolvida. Temos uma experiência muito boa na saúde e podemos evoluir e ser uma referência na área de saúde pública. Na área de educação estamos muito atrasados,

SERGIPE É UM ESTADO MUITO RICO E AGORA TEMOS UMA NOVA FRONTEIRA PETROLÍFERA, QUE PODE CHEGAR A 500 MIL BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA

mas podemos dar um salto gigantesco nos próximos quatro, oito anos. A gente pode dar um salto e virar referência para o Brasil inteiro. Tem potencial para isso porque a população não cresce, a quantidade de alunos que vai para a escola está mais ou menos estável. Então, é investir o dinheiro novo na melhoria da qualidade dos professores, das escolas, escola com esporte, com arte.

Ou seja, tem muita coisa para a gente fazer. Organizar a

agroindústria vinculada aos produtores rurais para que a gente tenha uma indústria nascida a partir da base produtiva local para transformar o milho que a gente produz, a mandioca, o cítrico... Tudo isso aqui mesmo. É uma expectativa enorme. Temos banco estadual que ainda é público. Empresa de saneamento que ainda é pública. Então, a gente pode ter água para todos. Pode, sim, ter passe livre para estudante. Podemos ter um cinturão de fibra ótica, internet para todas as crianças nas nossas escolas. Podemos ter um gasoduto que rodeie o estado. Sergipe é um estado que pode ter a maior renda per capita do Nordeste e a maior distribuição de riquezas do Nordeste. Sem sombra de dúvida, esse é um dos estados com melhor qualidade de vida do Brasil.

– A aliança que a sua candidatura está construindo também é ampla?

– Temos aliança com o Solidariedade, PSB, a federação partidária [PCdoB e PV] e estamos negociando com o MDB. Aí seria uma vaga para o PT, uma para o PSB e uma para o MDB e ainda o PT na primeira suplência no Senado. A gente espera que o PSOL venha para a segunda suplência, mas isso se o MDB não vier, ele vai pra vice e a gente amplia com outro partido na segunda suplência. Mas a expectativa é que o MDB possa estar com a gente no primeiro turno ocupando o cargo de vice.

– Ou seja, é uma aliança ampla como a que foi construída nacionalmente pelo Lula.

– É. A nossa aliança já tem um desenho, a priori, igual a do Lula. Igualzinha. É uma reprodução local. O que pode ter é o MDB já no primeiro turno. •



Arte: Nathalie Nascimento

33 MILHÕES DE FAMINTOS

No Brasil de Bolsonaro, a situação do povo só piora. Em apenas um ano e meio, mais 14 milhões de brasileiros passaram a não ter comida na mesa. Voltamos a uma situação que só tinha sido vista em 1993, quando Betinho lançou iniciativa contra a fome no país

O governo Jair Bolsonaro conseguiu aumentar a fome em pouco mais de um ano e meio. Do final de 2020 para 2022, seis em cada 10 brasileiros têm algum tipo de insegurança alimentar. Agora, graças à política econômica do ministro Paulo Guedes, a fome cresceu 57% em um ano e já atinge 33 milhões de brasileiros. Segundo levantamento da Rede Penssan, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Se-

gurança Alimentar e Nutricional, quase 60% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

“Quando tomei posse em 2003, minha meta era simples: garantir três refeições por dia para os brasileiros. E tiramos o Brasil do Mapa da Fome. Mas infelizmente nosso país andou para trás e o flagelo da fome voltou para 33 milhões de pessoas. Vamos ter que reconstruir nosso país”, disse o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. Os dados chocantes sobre o avanço da fome no Brasil ganharam repercussão internacional e estamparam as manchetes de jornais como o francês *Le Monde* e o espanhol *El País*.

Monde destacou na capa da edição de quinta-feira, 9: “Brasil enfrenta o retorno da fome. Especialistas acreditam que o país de Jair Bolsonaro regrediu 30 anos nessa questão. Em 1998, como hoje, quase 32 milhões de brasileiros passaram fome”. E o

jornal espanhol: “Fome no Brasil dispara para níveis de três décadas atrás, atingindo 33 milhões de pessoas. As pessoas famintas aumentam em 14 milhões por ano, de acordo com uma pesquisa nacional da Rede Penssan, uma aliança de pesquisadores acadêmicos e ONGs”.

Os diários europeus alardearam que a fome quase dobrou em pouco mais de um ano no Brasil. Este é o resultado da política econômico anti-povo do governo Bolsonaro. Seis em cada 10 brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar hoje. Isso representa mais do dobro do tamanho da população da cidade de São Paulo, que tem 11,2 milhões de pessoas, e mais de cinco vezes a cidade do Rio de Janeiro, com 6,3 milhões.

O retrocesso é imenso. Em 1993, quando o número de brasileiros com fome chegava a 32 milhões, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a primeira grande campanha no país. “A gente regrediu literalmente 30 anos na luta contra a fome, o que nos assusta muito”, lamenta o atual diretor-executivo da Ação da Cidadania, Kiko Afonso. O fim do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no primeiro dia de mandato, foi só a primeira medida que Bolsonaro fez para desmontar a estrutura que garantia comida na mesa dos brasileiros.

Os dados absolutos são inacreditáveis: 125,2 milhões de pessoas no Brasil estão preocupadas com a possibilidade de não ter alimentos no futuro mas também há aqueles que já passam fome. O fenômeno de insegurança alimentar também reflete as desigualdades observadas na sociedade brasileira nos últimos anos, desde quando o PT deixou a Presidência da República. A proporção de pessoas que convivem com restrições na dieta é maior entre os domicílios da área rural e também naqueles comandados por pessoas negras, mulheres e nos lares com crianças de até dez anos. Na análise regional, Norte e Nordeste têm uma parcela bem maior de pessoas em situação de insegurança alimentar que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

“A pandemia agravou um quadro que já vinha se deteriorando antes. E o pior é que, numa sociedade

tão desigual quanto a nossa, a pandemia não afeta igualmente a população e atinge mais os mais vulneráveis”, afirma o coordenador da Rede Penssan Renato Maluf, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ele diz que o desemprego, a precarização do trabalho, a queda dos salários e o desmonte de políticas públicas definidas por Michel Temer e Jair Bolsonaro foram determinantes para chegarmos a este resultado. •

“A GENTE REGREDIU LITERALMENTE 30 ANOS NA LUTA CONTRA A FOME, O QUE NOS ASSUSTA MUITO”, DIZ KIKO AFONSO, DIRETOR DA AÇÃO DA CIDADANIA

MENOS DE R\$ 1 PARA MERENDA

Com o desmonte dos programas sociais que permitiu ao país sair do Mapa da Fome no governo Dilma, em 2014, Bolsonaro ainda tirou comida do prato dos alunos da pré-escola e do ensino fundamental e médio. Ignorando a inflação, o governo repassa agora menos de R\$ 1 por aluno para a alimentação de cerca de 40 milhões de alunos da rede pública do país. Cada criança recebe o equivalente a R\$ 0,53 para a alimentação na pré-escola. O MEC repassa ainda menos para quem está no ensino médio e fundamental: R\$ 0,36.

Os dados ampliam ainda mais o quadro de penúria social causado por Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes, cujo saco de maldades é focado em ampliar a miséria. Para os alunos em idade pré-escolar e, portanto, em fase de crescimento, a escassez de alimentos tem efeito avassalador para a formação das crianças, com o agravamento da desnutrição infantil.

Diante do quadro, uma rede de entidades coordenada pelo Observatório da Alimentação Escolar e pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Brasil) lançou uma carta aos candidatos à Presidência na qual pede compromisso com reajustes adequados para gastos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Para isso, as entidades sugerem que o orçamento do programa saia dos atuais R\$ 3,96 bilhões para R\$ 8 bilhões. Além disso, propõem um reajuste anual definido em lei que siga o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para bebidas e alimentos. • **Agência PT**

A POBREZA CRESCE COM BOLSONARO

O governo conseguiu aumentar a miséria no país. No ano passado, em plena pandemia, 106 milhões de brasileiros sobreviviam com R\$ 13,83 por dia. Tudo graças à política econômica antipopular do ministro da Economia, Paulo Guedes

A pobreza avançou no Brasil desde que Dilma Rousseff foi derrubada da Presidência da República pelo impeachment aprovado pelo Congresso Nacional, mesmo sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade. Desde 2016, a desigualdade avançou e a renda dos brasileiros caiu. Na última sexta-feira, 10, o Brasil descobriu que o segundo ano da pandemia da covid foi particularmente cruel, ampliado a pobreza em níveis recordes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, por conta do enxugamento do Auxílio Emergencial e uma recuperação do mercado de trabalho marcada pela geração de empregos precários, a metade mais pobre da população sobreviveu com apenas R\$ 415 mensais por pessoa em 2021. É o pior resultado histórico. Houve uma queda da renda de 15,1% em relação aos R\$ 489 recebidos em 2020. De acordo com o IBGE, em dois anos de pandemia e graças à política econômica de Paulo Guedes, as famílias brasileiras perderam R\$ 30,560 bilhões.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2021. Com o rendimento médio de R\$ 415 por mês para 106,35 milhões, isso significa que metade da população do país sobreviveu com R\$ 13,83 por dia por pessoa. O empobrecimento é histórico mesmo quando se compara com quase dez anos atrás: em 2012, durante o governo Dilma, a metade mais

Reprodução/TV Verdes Mares



TRISTE CENA Em Fortaleza, o povo busca comida no caminhão de lixo

pobre da população ganhava R\$ 448 por mês por pessoa. O valor de 2021 é 7,4% menor do que o registrado naquele período.

Vale lembrar que a maior queda da renda mensal real no país, considerando todas as fontes de rendimento, havia sido de 3,4%, registrada na passagem de 2019 para 2020, também no governo Bolsonaro, puxada pelo alto nível de desemprego provocado pela pandemia da Covid e o ultraliberalismo praticado pelo Posto Ipiranga, que aprovou antes uma nova reforma trabalhista, ampliando a precariedade no mercado de trabalho. Agora, o novo recorde, no entanto, ocorreu mesmo diante do aumento do número de pessoas ocupadas.

Com a diminuição do Auxílio Emergencial, tanto no valor quanto no número de pessoas beneficiadas, seguindo os critérios impostos pelo ministro Paulo Guedes, as perdas foram mais dramáticas nas regiões Norte e Nordeste, onde a

transferência de renda desempenha um papel fundamental para a subsistência de grande parte da população na pandemia.

Os 50% mais pobres do Nordeste sobreviviam com R\$ 251 mensais, ou R\$ 8,37 diários por pessoa da família no ano passado. Isso representa uma queda de 23% ante 2020. No Norte, a renda média da metade mais vulnerável foi de R\$ 281 mensais em 2021, R\$ 9,37 diários, 19,9% a menos que no ano anterior.

O quadro é ainda mais drástico entre os mais pobres de todos. Em 2021, o Brasil tinha 10,635 milhões de pessoas sobrevivendo com apenas R\$ 39 mensais por pessoa, ou seja, os 5% mais miseráveis da população tinham, em média, somente R\$ 1,30 por pessoa por dia, considerando todas as fontes de renda disponíveis. A renda desses brasileiros despenhou 33,9% em relação a 2020. Na comparação com 2012, o tombo no poder aquisitivo foi de 48%. •

A CASA É DA FAMÍLIA, NÃO DOS BANCOS

Proposta do governo para penhorar único imóvel de cidadão é ataque ao povo. O presidente da República beneficia instituições financeiras em detrimento dos trabalhadores. É um acinte!

Reginaldo Lopes

O ataque contra os direitos do povo brasileiro continua a todo vapor. O último foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, em 1º de junho, do Projeto de Lei 4188/2021, de autoria do governo federal, que permite a bancos e instituições financeiras penhorar o único imóvel de uma família para quitar dívidas.

Trata-se de um retrocesso inadmissível, ainda mais que hoje 77,5% das famílias brasileiras estão endividadas, o maior percentual desde o início da série histórica, em janeiro de 2010. O PT votou contra e lutará para impedir que o cruel projeto seja consolidado no Senado.

É uma temeridade colocar em risco a moradia, deixando vulnerável a propriedade, o porto seguro das famílias, para beneficiar bancos que já têm lucros astronômicos – média mensal de R\$ 6,8 bilhões em 2021.

Pela legislação em vigor, a casa, como único bem de família, não pode ser penhorada, salvo exceções definidas em lei. Pelo projeto, as instituições financeiras poderão realizar a penhora em qualquer situação na qual o imóvel seja dado como garantia real.



O projeto é bancado por um presidente mentiroso que diz falar em nome da família. Porém, milhares podem ficar sem absolutamente nada, já que a proposta facilita que um único imóvel da família seja usado

como garantia de várias operações de crédito. Isso induz as famílias a ficarem endividadas, com risco de perderem o único imóvel. O risco é ainda maior com a economia há anos estagnada, e pelas mudanças que o projeto traz.

Assim, quando o imóvel foi adquirido por alienação fiduciária e o devedor não conseguir pagar as prestações, a propriedade se consolida no credor, que deverá levá-lo a leilão. Hoje, a lei estabelece que no primeiro leilão somente serão aceitos lances acima do valor do imóvel e, no segundo, somente acima do valor da dívida. Já o projeto define que no segundo leilão serão aceitos lances acima de 50% do valor do imóvel, que pode ficar abaixo do valor da dívida. Ou seja, o devedor terá perdido o imóvel e ainda ficará com uma dívida a pagar.

No caso de imóvel adquirido por hipoteca, a execução somente pode ocorrer hoje por via judicial. Com o projeto de lei do governo, poderá ser

também via extrajudicial. Com isso, em apenas 75 dias o imóvel cujas prestações estão inadimplentes poderá ir a leilão.

Quando um mesmo imóvel garantir mais de uma operação de crédito, caso haja inadimplência em apenas uma delas, o credor poderá declará-las vencidas. E, se o devedor não conseguir quitá-las, levar o imóvel a leilão.

Hoje, a jurisprudência aponta que o imóvel bem de família oferecido em garantia é impenhorável quando os recursos obtidos não o beneficiam diretamente. Esse é o caso, por exemplo, quando a dívida garantida pelo bem é contraída para ajudar um amigo ou familiar. Com o PL, esse bem de família hipotecado pode ser penhorado independentemente da destinação dos recursos obtidos.

A mudança fragiliza ainda mais as camadas pobres, que, ao não pagarem as suas dívidas, poderão perder seu único bem, a casa onde mora. A impenhorabilidade dos bens de família, hoje vigente no país, existe em muitos outros países centrais e garante o patrimônio familiar residencial. Não podemos jogar o povo brasileiro numa situação ainda mais caótica, pavimentando o caminho para uma sociedade em situação de rua ainda maior. •

* Economista, é deputado por Minas Gerais é líder do PT na Câmara dos Deputados.



ZERAR IMPOSTOS? ESSA CONTA VAI PARA O POVÃO

Ao propor reduzir ICMS para diminuir preço de gasolina, Bolsonaro tira R\$ 32 bilhões da saúde e educação. Além de não resolver a alta das tarifas, o plano de Guedes provoca rombo de R\$ 90 bilhões a estados e municípios

A ideia veio à luz no governo Bolsonaro e foi apresentada pelo governo Bolsonaro como uma manobra para tentar reduzir o preço dos combustíveis e do gás de cozinha. Mas o Projeto de Lei 18/22 deve mesmo é provocar um rombo nos cofres da saúde, educação e segurança pública do país.

A assessoria técnica do PT no Senado aponta que o governo, na tentativa de reduzir o impacto do ICMS sobre os combustíveis a, no máximo 17%, impõe uma perda de arrecadação para estados e municípios na ordem de

R\$ 90 bilhões por ano, que hoje são usados para financiar a área social e a segurança.

Pior. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, deve perder cerca de R\$ 11 bilhões por ano. E outros R\$ 21 bilhões devem ser retirados anualmente do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb).

Ao propor a redução de impostos num esforço para tentar reduzir as tarifas de combustíveis, o Planalto só se esforçou para tentar ganhar fôlego na corrida presidencial, permitindo a Bolsonaro ainda sonhar com a reeleição, cada vez mais distante, de acordo com as pesquisas,

PERDIDOS NO ESPAÇO

O ministro Paulo Guedes e o presidente Jair Bolsonaro tiram da educação e saúde para reduzir tarifas em clara manobra eleitoral

justamente pelo agravamento da economia.

Dentro do Ministério da Economia, o repasse para os estados para compensar a perda de arrecadação seria estimado em R\$ 50 bilhões. O mais surpreendente, contudo, é que o governo sonha em usar o dinheiro da privatização da Eletrobrás para custear o pacote eleitoral do governo.

A venda de ações da Eletrobrás, ocorrida na quinta-feira, 9, levou o governo a arrecadar algo em torno de R\$ 37 bilhões. Como o governo deve receber algo como R\$ 25 bilhões, a loucura é pegar a receita da venda da maior empresa elétrica do país e queimá-la em seis meses de subsídio. É que o truque pensado pelo governo tem prazo de validade. Só duraria até dezembro.

Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, Nelson Barbosa é direto: "Isso é maluquice". Os detalhes da operação ainda não estão claros, mas não é difícil apontar os problemas. "Que o governo tem que fazer algo, é meio óbvio para todos os que não participam das sessões de coaching do movimento 'somos livres e sem noção', aquele pessoal que acha quem tem a política econômica certa, mas que o povo não reconhece", ironiza.

"Torrar R\$ 50 bilhões para segurar preço de gasolina é exagero em um país onde faltam várias coisas. O ideal é um valor menor, só para o diesel, como já foi feito no passado", diz o economista.

Ex-governador do Piauí, Wellington Dias (PT) lembra que

que os estados congelaram o ICMS em novembro passado, após acordo firmado no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). E, mesmo assim, os preços continuaram subindo, lembrou.

“Nós governadores, eu era governador também, coordenando o Fórum dos Governadores, aprovamos, inclusive no Comsefaz, o congelamento do ICMS. O Piauí, para dar um exemplo, congelou o ICMS em R\$ 0,75 no litro do combustível. Era esse valor em 1º de novembro e permanece até hoje. E o que aconteceu com o preço dos combustíveis? Seguiu subindo, subiu mais de 50%”, alerta.

Segundo Dias, a proposta do governo é enganosa porque falta coragem a Bolsonaro para fazer o que deve: agir na Petrobrás, que dolarizou os preços e vem fazendo seguidos reajustes. E, para piorar, propõe como saída uma redução de impostos que vai tirar cerca de R\$ 90 bilhões dos estados e municípios por ano, impactando fortemente áreas como saúde, segurança, educação e combate à fome.

O PT aponta que o ICMS representou 86% da arrecadação dos estados no ano passado. Apenas combustíveis, petróleo e energia representaram quase 30% da arrecadação do ICMS. Outro ponto importante: o ICMS é a base da arrecadação dos estados, financiando principalmente segurança pública, educação, saúde e assistência social. Ou seja, ao mexer no imposto, a conta vai para a população. O usuário do SUS e da educação pública pagará a conta dos elevados lucros e dividendos distribuídos pela Petrobrás. •



JEAN PAUL PRATES: “A PROPOSTA É UM DESASTRE”

Senador alerta que redução de ICMS arrebenta os cofres dos estados e tira dinheiro de áreas sociais que já estão afetadas pela política econômica

A proposta de redução do ICMS para forçar uma redução dos preços dos combustíveis não passa de um projeto eleitoreiro e não irá trazer solução definitiva para a crise. A avaliação é senador Jean Paul Prates (PT-RN), economista e especialista em energia. “Os estados estão sendo vilipendiados por uma medida casuística, eleitoreira”, criticou.

“Bolsonaro faz graça para a plateia e diz: ‘ah, eu reduzi o PIS Cofins, as alíquotas dos impostos federais a zero’. Só que são irrelevantes, do ponto de vista do combustível. A grande parte da tributação do combustível é dos estados, que faz parte de um acordo democrático do Brasil”, justificou. O senador diz que a proposta do governo é um desastre e explode o Pacto Federativo.

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, O senador acusou Bolsonaro de não assumir suas responsabilidades na crise. “[Ele] tenta, o tempo todo, reiteradamente, jogar nos governadores, no ICMS, na tributação dos Estados, a culpa pelo preço de combustível alto”, alfineta.

“Temos 18 meses de completa inércia do governo federal em fazer algo estruturante, que resolva o problema: a nossa sujeição à

variação internacional em dólar e em tempo real do preço do petróleo”, comentou.

Para o senador, o fato de o governo aplicar a paridade de importação agrava o problema. “É como se estivéssemos importando 100% do petróleo para as nossas refinarias e, pior, não tivéssemos nenhuma. Como se não tivéssemos produção doméstica”, criticou. “É de uma gravidade severa, principalmente porque essa última medida altera o código tributário nacional e, portanto, passa a ser modificação permanente”.

Prates reforçou que a medida fará água no próximo reajuste autorizado pela Petrobrás, ao mesmo tempo em que vai atingir os estados. “No primeiro aumento, porque já está com preços defasados em relação ao PPI (Preço de Paridade de Importação), acaba essa diminuição alegada por essa redução de impostos”, explicou. “O efeito para os estados será terrível, da ordem de R\$ 70 bilhões a R\$ 90 bilhões. Significa afetar o hospital regional, estadual, a escola, a segurança pública”, ressaltou. “O que se está praticando nesse governo, e Paulo Guedes é mestre nisso, é o Estado mínimo por sufocamento: tiram dinheiro e depois reclamam que não funciona”. •



COBRANÇA O ex-presidente Lula diz que o adversário não tem pulso

"JAIR BOLSONARO NÃO TEM CORAGEM"

Ex-presidente diz que proposta do governo para reduzir os preços dos combustíveis não resolve o problema das tarifas, que continuam dolarizadas por determinação da Petrobrás e da política suicida imposta por Temer e sacramentada por Guedes

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez duras críticas à falta de atitude do governo para reduzir os preços dos combustíveis. Ele voltou a apontar a dolarização dos preços do gás de cozinha, diesel e gasolina como o grande problema que Bolsonaro não quer enfrentar e lembrou que a medida foi instituída após o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. "Vocês vão ver que essa briga da redução do ICMS não vai resultar em queda [do preço dos combustíveis] na bomba, no preço do gás", disse.

"Nós estamos agora para votar um projeto de lei no Congresso Nacional para reduzir o ICMS no máximo a 17%, que é o preço que o governo quer estabele-

cer. Parece bonito, parece bom, parece que o governo está preocupado com o povo brasileiro. Mas o aumento da gasolina ao preço internacional não foi feito com votação no Congresso, foi uma canetada do Pedro Parente (ex-presidente da Petrobras do Governo Temer)", criticou.

"Se foi uma canetada para aumentar o preço do combustível no Brasil ao preço internacional, para você tirar também pode ser uma canetada. O presidente, se tivesse coragem, teria feito isso, mas ele quer jogar a culpa nos governadores", afirmou. Ele disse que a tentativa do governo federal de conter o aumento nos preços dos combustíveis por meio da redução do ICMS não deve dar o resultado esperado.

Para Lula, o projeto do governo vai tirar dinheiro da educação e da saúde e esvaziar os cofres dos governos estaduais, que dependem da arrecadação do ICMS. Ele disse que a perda de arrecadação pode ser desastrosa já a partir do ano que vem, já que a medida que está em tramitação no Congresso prevê compensação para estados e municípios até o fim de 2022.

"Veja o que vai acontecer. Ao mexer no ICMS, os municípios vão perder dinheiro e, com isso, a educação vai perder dinheiro, a saúde vai perder dinheiro. Quando diz que vai fazer a compensação, depois de dezembro quero saber quem vai arcar com a falta de arrecadação dos municípios, porque é onde o povo mora, quer educação, quer saúde, quer tranquilidade, rua asfaltada, segurança, luz elétrica é lá que acontecem as coisas. E esses municípios vão ser mais empobrecidos", prevê.

Segundo Lula, a questão poderia ser resolvida se parte dos lucros bilionários da Petrobrás. Apenas entre janeiro e março, a estatal registrou lucro de R\$ 44,5 bilhões. Ele disse que esse dinheiro enche o bolso dos acionistas, mas deveriam ser reinvestidos no Brasil e, especialmente, na construção de novas refinarias. Isso ajudaria a recuperar a soberania e a autossuficiência do país.

"Todos os presidentes da República deste país, civis e militares, brigaram para que o Brasil fosse autossuficiente em petróleo. Na hora que a gente conquistou a autossuficiência, ao invés da gente ser soberano com nosso petróleo, ao invés da gente refinar 100% do nosso combustível e vender a preço de real, preço brasileiro, porque a produção é em real, a gente se subordina às empresas que estão importando gasolina", lamentou. •

LIQUIDAÇÃO: AGORA QUEREM ACABAR COM PARTILHA

O desmonte promovido pelo governo atinge direto a riqueza do pré-sal. Planalto quer vender a parte da União no petróleo e desobriga o uso das receitas exclusivamente para saúde e educação. E espera arrecadar R\$ 400 bilhões

Axepa de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro continuam a pleno vapor, de maneira criminosa e ferindo gravemente a soberania nacional. Falando quatro meses para as eleições, o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso projeto para vender a parte do petróleo extraído das áreas de exploração do pré-sal feitas por meio dos contratos de partilha. Trata-se de uma arrecadação estimada pelo governo em R\$ 398 bilhões (em valores atualizados), de acordo com a exposição de motivos encaminhada junto com o projeto para subsidiar os parlamentares.

Hoje, esses contratos são comercializados com a Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), estatal que o governo federal quer privatizar. O Ministério da Economia aproveitou o projeto para desobrigar o governo a destinar a receita da venda do óleo que vai para o Fundo Social do Pré-sal, para gastos nas áreas de educação (75%) e saúde (25%). A desvinculação é polêmica porque a destinação dos recursos será feita no processo orçamentário, e essas áreas podem acabar não recebendo o mesmo valor que teriam com a vinculação das receitas.

A presidenta nacional do PT,

deputada Gleisi Hoffmann (PR), denunciou a manobra: "Governo enviou ao Congresso projeto de lei que acaba com regime de partilha na exploração do pré-sal dando fim à participação da Petrobrás. Até contratos com receitas que vão pra educação, saúde acabam. Baixar o preço dos combustíveis que é bom, nada. Homem covarde!".

O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, denunciou a manobra. "Essa é mais uma ação do golpe que começou em 2016", criticou. "O setor de energia deveria ser tratado como política de Estado, não como política de governo, que muda, e que perde a oportunidade de usar a renda petrolífera como um passaporte para o futuro da população brasileira".

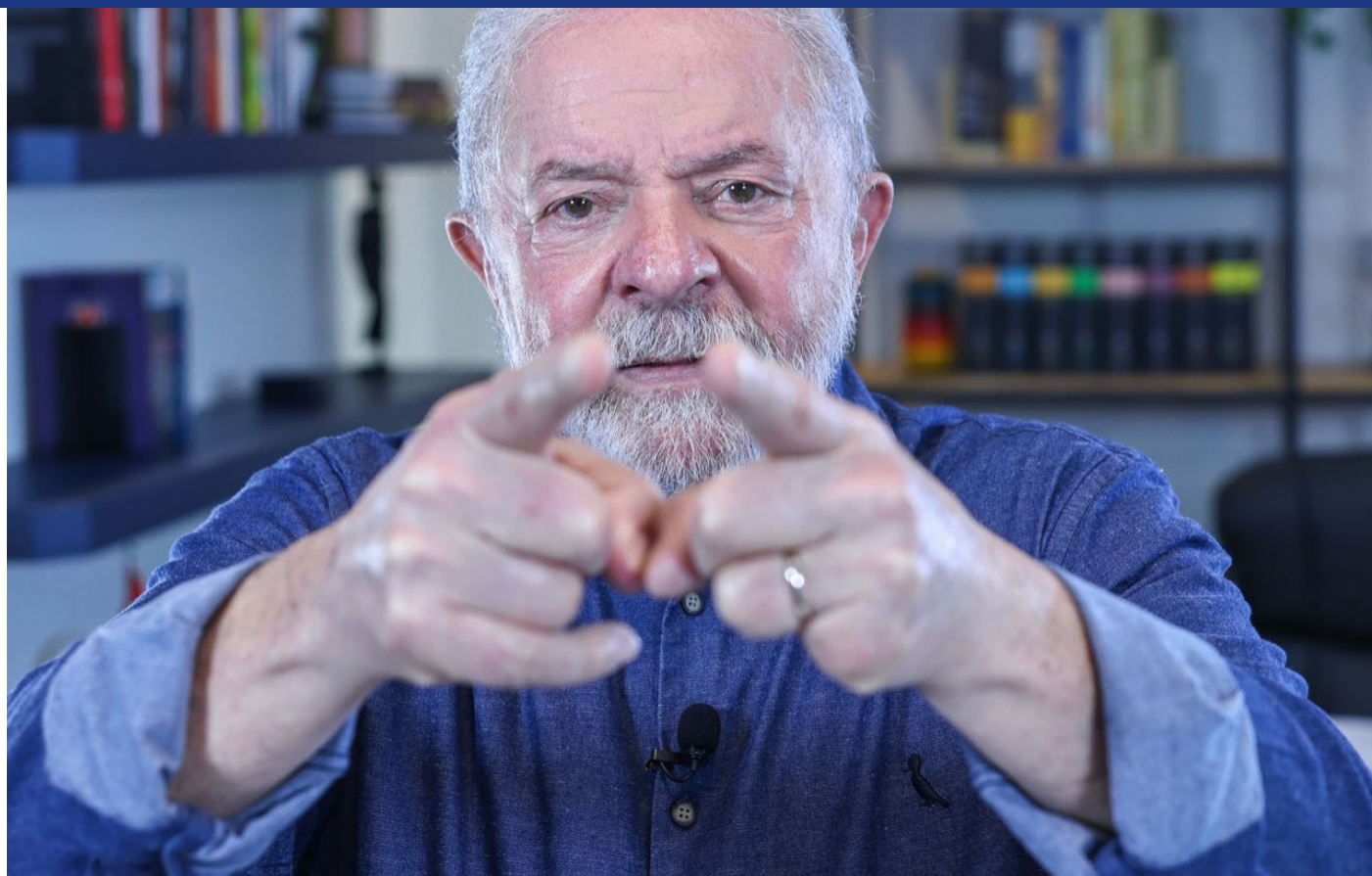
O fundo foi criado em 2010, durante o governo do ex-presidente Lula, com a justificativa de que o dinheiro do pré-sal, uma grande riqueza dos brasileiros, não se perdesse e tivesse como destino o financiamento, sobretudo, de investimento da educação das gerações futuras. A ideia na época era que os recursos não evaporassem em gastos de custeio da máquina, menos prioritários. Agora, ao justificar a desvinculação, o governo diz que não haverá "prejuízo" às áreas. Segundo a Secretaria-Ge-

ral da Presidência, a vinculação traria ineficiência na gestão fiscal, dado o volume de recursos esperados.

Em nota oficial, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) alerta que Bolsonaro quer dar um "golpe final" no setor de petróleo e gás, "a quatro meses das eleições". "Na prática, trata-se do fim do modelo de partilha, que a FUP, junto com os movimentos sociais e a academia brasileira, ajudou a construir", lembra.

O modelo de partilha vem sendo desmontado desde 2016, quando o Congresso, em parceria com o presidente Michel Temer, acabou com o direito da Petrobrás de ser a operadora única do pré-sal. O processo prosseguiu, aponta a entidade, com a redução dos percentuais de conteúdo nacional, que "ajudava a gerar emprego, renda, desenvolver tecnologia e engenharia no Brasil".

A tentativa de avançar na venda dos contratos da PPSA acontece no momento em que o preço do barril chegou ao maior valor dos últimos 10 anos e há forte demanda por esse produto no mercado. O preço do barril do petróleo está sendo vendido no mercado internacional a US\$ 125. Na prática, se o projeto for aprovado e o óleo-bruto vendido, o governo acabará antecipando uma receita futura. •



LULA FATURA NO 1º TURNO

Pesquisa Quaest mostra o candidato do PT com potencial de voto para crescer ainda mais na primeira rodada das eleições presidenciais. Já o líder da extrema-direita está batendo no teto

Matheus Tancredo Toledo

A mais recente pesquisa do instituto Quaest, em parceria com a Genial Investimentos, confirma que há possibilidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vencer as eleições de 2022 no primeiro turno. O levantamento mostra, ainda, que a cada dez brasileiros, seis podem votar no petista.

A nova rodada de pesquisa foi realizada entre 2 e 5 de junho de 2022 e traz Lula com 47% das intenções de voto - na

média dos cenários testados pelo instituto -, contra 29% de Jair Bolsonaro. No cenário mais extenso, com mais candidatos, Lula tem 46% contra 30% do atual presidente, seguido por Ciro Gomes (PDT) com 7%, André Janones (Avante) com 2%, Simone Tebet (MDB) com 1%, e Pablo Marçal (PROS) com 1%. Outros candidatos não chegaram a 1% das intenções de voto. Brancos, nulos, indecisos e os que declaram que não irão votar somam 13%.

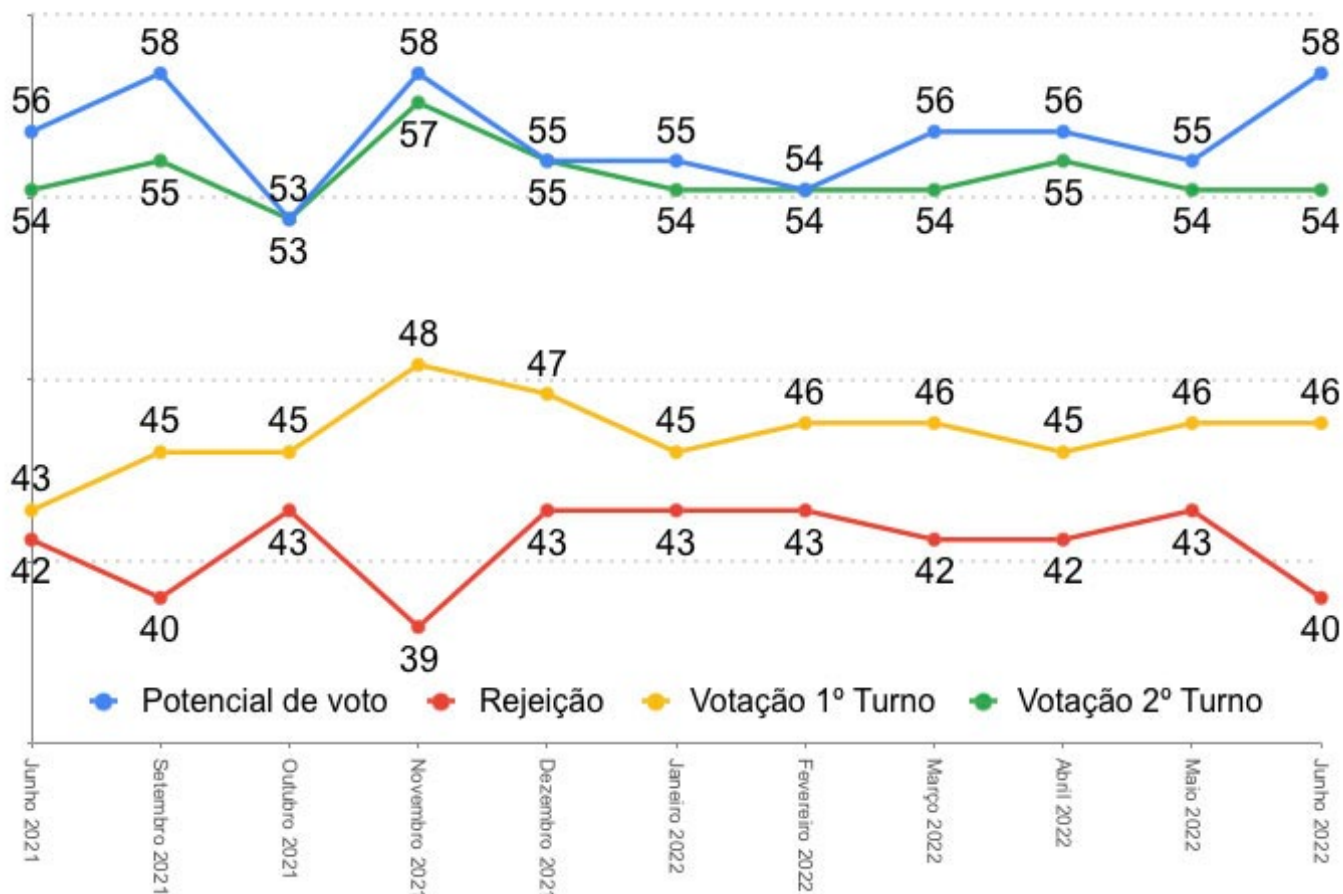
A pesquisa, realizada por meio de coleta presencial, nos domicílios dos entrevistados,

confirma o levantamento do Datafolha - também presencial, em pontos de fluxo populacional - realizado no final de maio. As margens de erro de ambas são de 2 pontos. A vantagem de Lula contra Bolsonaro é de 18 pontos na média dos cenários, e o ex-presidente ultrapassa os 50% dos votos válidos - o que garantiria uma vitória de Lula já em primeiro turno.

O levantamento indica um quadro de estabilidade após a saída de João Doria (PSDB) da corrida eleitoral. Os candidatos da chamada terceira via não avançaram, e houve oscilação

Potencial de voto versus votação de Lula

Dados coletados pela Quaest/Genial entre julho de 2021 e junho de 2022



Fonte: Quaest/Genial. Elaboração e compilação: Noppe/FPA

negativa de Bolsonaro na média dos cenários testados – confirmando o freio no ritmo de melhora que o presidente teve após a saída de Sergio Moro da corrida presidencial.

Enquanto isso, Lula mantém sua dianteira e houve oscilação positiva em seu desempenho, ainda que dentro da margem de erro. Vale destacar que o ex-presidente vem ampliando seu potencial de votos – a soma dos que com certeza votariam em Lula e os que poderiam votar no candidato do PT. Em fevereiro deste ano, segundo o instituto, Lula poderia ser votado por 54% do eleitorado. O número agora chega a 58% – aproximadamente seis em cada dez brasileiros. Não à toa, este é quase o exato desempenho de Lula em um eventual segundo turno contra Bolsonaro: Lula teria 54% contra 32% de Bolsonaro.

As curvas de potencial tem acompanhado as de votação em segundo turno, como mostra o gráfico, evidenciando que Lula possui um teto alto para buscar votos. No caso de Bolsonaro, que conta com uma rejeição eleitoral de 60%, o teto é mais baixo e coloca um impeditivo para que o atual presidente cresça nas pesquisas. Seu potencial, no momento, é de 36%, praticamente o mesmo que em agosto de 2021.

Segundo a Quaest, 27% dos eleitores que não optam por Lula ou Bolsonaro em primeiro turno poderiam mudar seu voto para provocar uma vitória do petista sobre o atual presidente já na primeira etapa da eleição. Isso decorre de outro dado, que é o total de 52% dos eleitores que temem uma continuidade de Bolsonaro no comando do país, número maior que o total que teme uma volta do PT ao governo: 35%.

A grande barreira para Bolsonaro em convencer a população de que valeria a pena mantê-lo como presidente é a situação econômica: 63% dos brasileiros consideram que a economia do país piorou no último ano. E 57% relatam ter menos capacidade de pagar as contas hoje do que há três meses atrás.

Pior: 44% dos eleitores brasileiros consideram que o principal problema do Brasil hoje é a economia – 23% mencionam a inflação, 12% a crise e 9% o desemprego. Outros 8% consideram que o principal problema é a fome. Segundo a pesquisa, 62% afirmam que o poder de compra era maior no governo Lula. E 58% consideram que o seu governo foi positivo. •

* Cientista político com mestrado na PUC-SP e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



Divulgação/Comitê SP

TRABALHO DURO Em São Paulo, militantes fazem corpo a corpo todos os dias no centro da capital e em estações do metrô em apoio a Lula

COMITÊS RESGATAM TRABALHO DE BASE

Movimentos sociais, coletivos e grupos informais já consolidaram mais de 2,5 mil Comitês Populares de Luta pelo país. O desafio é derrotar o bolsonarismo com Lula presidente e mobilizar o povo a partir de 2023

Isaías Dalle

Passam de 2,5 mil os Comitês Populares de Luta organizados pelo Brasil. A ideia, lançada pelo PT em janeiro, precisa dos movimentos sociais, de coletivos e mesmo grupos informais para acontecer. A proposta é que esses comitês funcionem como espaços permanentes de debate político e ação comunitária. O objetivo é recriar ou fortalecer aquilo que tradicionalmente é chamado de trabalho de base.

Em sua primeira fase, os comitês pretendem gerar mobilização para derrotar eleitoralmente o bolsonarismo. É o que está sendo feito agora. Passada a eleição,

o projeto é manter esses comitês em atividade, para promover diálogos em torno das questões políticas que afetam o cotidiano da população e também promover ações que estimulem as pessoas a participar da política.

A criação de comitês continua. No último sábado, por exemplo, foi inaugurado o Comitê Popular de Luta de Heliópolis, favela localizada na zona sul da cidade de São Paulo. A atividade de lançamento teve a presença do ex-ministro Gilberto Carvalho, do economista Guilherme Mello e da secretária nacional de Organização do PT, Sonia Braga.

Mas a principal força dessa ideia não reside em eventos grandes e bem estruturados como o que aconteceu em Helió-

polis, onde a organização popular e comunitária tem tradição. É especialmente por meio de pequenos grupos, como as mulheres bordadeiras que se reúnem todas as manhãs de quinta-feira na praça Joaquim Távora, em Fortaleza, que a ação se espalha. Essa é a expectativa.

“Queremos estimular um trabalho de base que não envolva só nossos filiados, mas trazer quem está distante da atividade política”, explica Sonia Braga. “A proposta é gerar relação com o território, com a vizinhança. Não tem relação com a formalidade partidária. É reunir as pessoas para debater os problemas a partir dos locais onde vivem, e propor soluções coletivas. O importante é o povo se encontrar, conversar sobre a vida e encontrar um jeito de se organizar”, resume.

Esses encontros podem independe de estrutura física. Os comitês são autogestionados. Há grupos que surgem a partir de organizações já estruturadas, como sindicatos ou assentamentos. Entidades como a CUT e o MST são parceiras importantes no projeto. PCdoB e PSOL, partidos da coalizão Vamos Juntos pelo Brasil, já se somaram. Essas parcerias podem oferecer estrutura para as reuniões e ações. A cessão de uma sala, por exemplo.

Um grupo de jovens que se reúne para panfletar em estações de metrô na cidade de São Paulo iniciou esse trabalho sem depender de ajuda externa. O Comitê Popular do Centro planeja as ações em encontros virtuais ou em locais que se adaptam à agenda do grupo a cada semana. Após a panfletagem e o *tête à tête* com as pessoas que passam, no início ou no final do dia, os integrantes do comitê partem para seus compromissos pessoais.

Os comitês podem se organizar também a partir de ações de solidariedade, como cozinhas comunitárias. Para o MST, uma das organizações que se empenhou nesse tipo de atividade nos períodos mais críticos da pandemia de covid-19, a organização de Comitês Populares de Luta é um desdobramento.

A distribuição de refeições ou de cestas básicas vem sempre acompanhada de conversas com as comunidades, em que se discutem distribuição de renda e reforma agrária. Cardápio politizado. Nessas ações, o MST costuma partir dos assentamentos e montar estruturas itinerantes em áreas urbanas, muitas vezes em parceria com coletivos que atuam nos territórios.

“Em nosso olhar, os comitês são ferramentas de construir mobilização, articulação e debate. Nossa perspectiva é politizar”, comenta Roberto Baggio, da coordenação nacional do MST. “São uma forma de retomar o canal direto com a população”. Para ele, houve um distanciamento dos movimentos sociais e da esquerda e a população em geral, nas últimas duas décadas.

“Houve um enfraquecimento da mobilização popular, o que gera uma enorme confusão e muitas dúvidas, o que facilitou essa onda conservadora que se abate sobre o país”, avalia Baggio. “São milhões de pessoas alijadas do processo, que não conseguem nem reivindicar”.

Em sua opinião, esse descolamento ocorre por duas razões principais. “Houve um conjunto de mudanças nos últimos 20 anos que faz com que a classe trabalhadora não seja mais aquela que fundou o PT e a CUT. Por um lado, aumentou significativamente do ponto de vista numérico, mas não cresceu do ponto de vista organizativo. Está sem mediação. A dinâmica do sistema

Divulgação/Comitê Fortaleza



BORDADO E POLÍTICA Em Fortaleza, no Ceará, mulheres se reúnem na Praça Joaquim Távora para discutir política e doar produtos feitos por elas

jogou esses milhões para fora. O sistema não os quer”, aponta.

A outra razão vem de 2016, quando se iniciou a destruição sistemática do serviço público. “Há jovens que viveram um momento melhor, mas não testemunharam o processo político e econômico que gerou aquele momento. Não tiveram experiência organizativa e estão tentando se constituir”, completa.

Outros comitês estão se organizando a partir de questões temáticas distintas, como religião, cultura ou geração de renda. Há comitês evangélicos, de teatro, de chão de fábrica, de música. O tamanho dos grupos não é o mais importante, e sim sua capacidade de expandir as mensagens.

“Somos 72 mulheres, mas as atividades de rua costumam reunir em torno de 20”, explica Francisca Simone de Castro Alves Nepomuceno, uma das bordadeiras que atua na praça Joaquim Távora, Fortaleza. As peças que produzem atualmente são todas voltadas à defesa de Lula. Os bordados, que podem ser desde pequenos lenços a toalhas, são doados. Não sem antes uma boa conversa sobre política.

“Um tempo atrás, a gente ia buscar as pessoas. Agora, com os bordados do Lula, elas é que vem procurar a gente”, comemora Simone, que é uma das fundadoras do Coletivo Feminista Mulheres do Ceará com Dilma. Como o nome diz, a luta delas vem desde 2015, contra o golpe. Depois, elas foram a Brasília, Curitiba e Porto Alegre, protestar pela libertação de Lula. Suas agulhas vão construindo a trama justa da democracia.

Os comitês atuam também no mundo virtual, espaço de disputa incontornável. As Brigadas Digitais da CUT, criadas desde o final do ano passado, reúnem militantes de todo o país para a produção e distribuição de conteúdo para denunciar as mazelas do bolsonarismo. São cards, vídeos, áudios e textos para distribuição em redes sociais e aplicativos de mensagens.

Para se somar a essas iniciativas ou criar novos comitês, os sites das entidades fornecem sugestões. Uma delas é procurar associações de bairro, sindicatos, grupos de estudo em escolas, universidades, igrejas. “Ou propor uma boa conversa com café e bolo para seus vizinhos, um ótimo começo”, diz Sonia Braga. •

PARA AMPLIAR A LUTA ANTIRRACISTA

Quilombo nos Parlamentos é iniciativa suprapartidária da Coalizão Negra por Direitos para apoiar candidaturas de negras e negros nas eleições de outubro

Uma das iniciativas mais importantes dessas eleições teve seu lançamento na segunda-feira, 6, em São Paulo. O encontro de movimentos negros de todo o país se deu em um lugar simbólico da luta pela moradia na cidade, a Ocupação 9 de Julho, liderada por Carmen Silva, do Movimento dos Trabalhadores de Sem-Teto de São Paulo. Centenas de ativistas antirracistas compareceram ao evento organizado pela Coalizão Negra Por Direitos para assistir ao evento de lançamento do Quilombo nos Parlamentos, articulação destinada a apoiar candidaturas negras nas eleições de outubro.

São 67 pré-candidatos que concorrerão ao cargo de deputado estadual, 31 a deputado federal, dois a deputado distrital e um ao Senado por legendas como PT, PSOL, PCdoB, PSB, PDT e Rede, no Distrito Federal e 19 estados.

No lançamento, vários candidatos a vagas para assembleias legislativas e para a Câmara Federal estiveram presentes, bem como ativistas da luta contra o racismo, artistas, intelectuais e dirigentes partidários, como Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores. O ex-presidente Lula fez entrada ao vivo, por vídeo, por estar em quarentena devido ao fato de ter testado positivo para covid.

"Eu fico feliz como a pessoa que tem vocês lado a lado na tentativa de reconquistar a democracia nesse país, para que as pessoas voltem a sorrir, para que as pessoas voltem a ter direitos, para que as pessoas voltem a sonhar e para que todo mundo diga em alto e bom som 'não ao racismo'", disse Lula.



ORGANIZAÇÃO Iniciativa para viabilizar candidaturas de negros e negras

Criada em 2019 em encontro realizado na Ocupação 9 de Julho, a Coalizão Negra Por Direitos é resultado do processo de unificação de movimentos sociais em torno da discriminação racial. Nas eleições de 2020, em plena pandemia, havia resolução para ampliar e visibilizar a presença de ativistas nos espaços institucionais da política. A Coalizão estava mergulhada na campanha Tem Gente com Fome, pois a covid atingiu de forma desigual a população negra: pretos e pardos representam 57% dos mortos pela doença, enquanto brancos são 41% dos mortos, de acordo com dados do IBGE.

Para reverter o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro e avançar na ampliação de direitos, será necessário ocupar a política. "Como é que a gente quer que as reivindicações e necessidades da população negra e do povo pobre sejam atendidas se não temos essa gente nas Câmaras de Vereadores, nas assembleias, nas prefeituras, nos governos, na Presidência da República, no Congresso e no Se-

nado? Não tem no Judiciário, no MP, na Receita Federal, no sistema de Justiça praticamente inexistente a população negra, porque ela sempre foi marginalizada", disse Lula.

Robeyoncé Lima, pré-candidata a deputada estadual por Pernambuco, reforça: "É preciso que a gente aquilombe a política com lideranças negras dentro de espaços de poder e de tomada de decisão, a gente não vai mais admitir uma política feita sem os nossos corpos e sem o nosso protagonismo. [...] Travestis negras no comando da nação."

Das jovens lideranças aos militantes históricos, a tônica da noite foi a denúncia permanente do racismo, mas também de esperança. Milton Barbosa, fundador do Movimento Negro Unificado, criado em 1978, foi categórico: "Nós vamos derrotar a extrema direita. Nós progressistas, nós negros revolucionários que queremos a transformação, queremos dar norte para este país, vamos dar norte para este país, para as Américas e para o mundo". •



Sílvia Ávila/ AFP

COMO O PT SALVOU O BRASIL: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Com Lula e Dilma, o desmatamento na Amazônia Legal caiu progressivamente a partir de 2005. Depois do Golpe de 2016, a destruição das florestas subiu de maneira assustadora, com a situação se agravando a partir do governo de Jair Bolsonaro

Eduardo Fagnani *

Gerson Gomes **

Guilherme Mello ***

Neste vigésimo nono artigo da série organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”, abordamos alguns indicadores relativos à sustentabilidade ambiental durante os governos petistas.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade da narrativa, de que o país teria quebrado sob os governos Lula e Dilma, apresentando o comportamento de diversos indicadores socioeconômicos. Agora, destacamos, dentre outros projetos, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Trata-se de estratégia para combater o desmatamento da maior floresta tropical do planeta. Para efeitos administrativos, o governo

brasileiro adota a região geográfica conhecida como “Amazônia Legal” para desenvolver suas ações, incorporando parte dos biomas Cerrado e Pantanal – 60% desse bioma está em território brasileiro.

O programa foi lançado em 2004, sob o governo Lula, e desde então, seus resultados são notáveis na redução dos índices de desmatamento na Amazônia. O gráfico 1 mostra que desde 2005 a taxa de desmatamento da Amazônia Legal caiu de forma substancial, atingindo, em

2012, patamar mais de seis vezes inferior ao verificado em 2004. A partir de 2015, a taxa de desmatamento volta a crescer, retornando aos patamares de 2007.

A média anual da taxa de desmatamento da Amazônia Legal, por subperíodos, também caiu, de 18,9 mil quilômetros quadrados por ano entre 1995 e 2006 para 5,5 mil quilômetros quadrados por ano entre 2011 e 2014.

O gráfico 2 mostra a redução significativa das emissões brasileiras de gases de efeito estufa que houve durante os governos Lula e Dilma, redução decorrente da política para o meio ambiente implantada naquele período. Note-se que entre 2003 e 2010, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa caem praticamente pela metade.

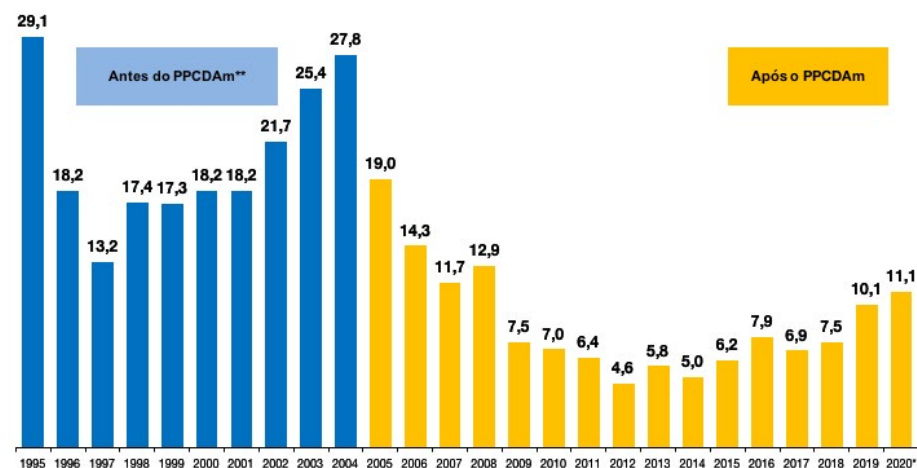
O gráfico 3 mostra que as mudanças promovidas pela política ambiental, na agropecuária e no uso da terra e florestas, reduziram significativamente as emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Foi neste período que o governo brasileiro lançou o Programa Agricultura de Baixo Carbono, estimulando os produtores rurais a adotarem boas práticas no campo para conciliar produtividade e baixa emissão de gases.

Portanto, também nesse caso não se sustentam as mentiras de que o PT teria “quebrado o Brasil”. O que o PT fez foi construir uma estratégia de desenvolvimento, com inclusão social e sustentabilidade ambiental. •

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT), também pela Unicamp. ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), da Unicamp.

Taxa de desmatamento na Amazônia. Gráfico 1

Desmatamento em mil km²/ano. Período entre 1995 e 2020

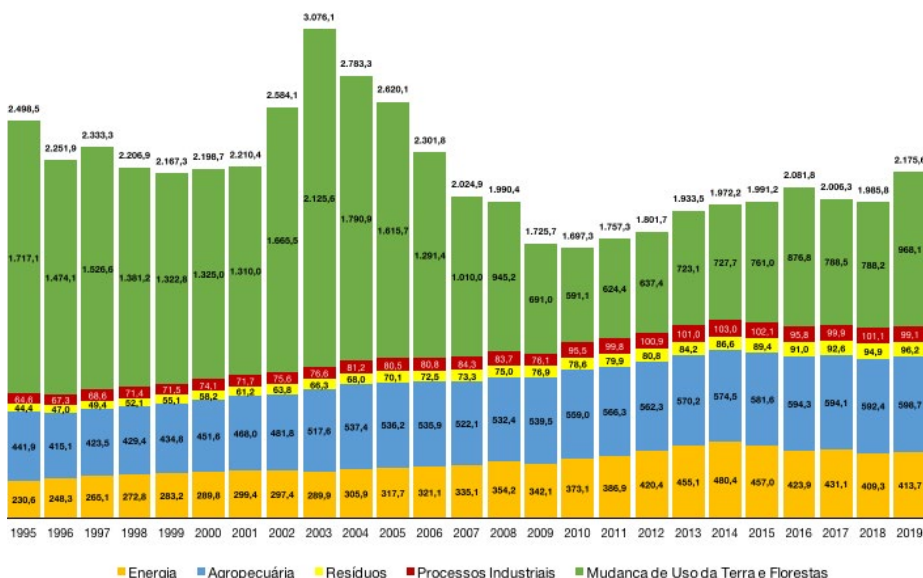


* Estimativa INPE atualizada em 30 de novembro de 2020. ** Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia

Fonte: PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil / PRODES – Coordenação-Geral de Observação da Terra, OBT/INPE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Emissões de gases de efeito estufa. Gráfico 2

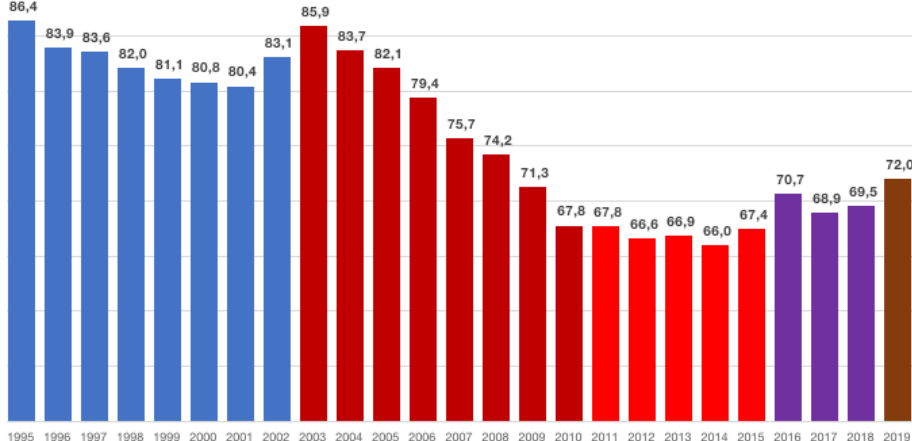
Participação do Brasil no período entre 1995 e 2020



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Agropecuária nas emissões de CO². Gráfico 3

Período entre 1995 e 2020



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.



UM MENTIROSO NA CÚPULA DAS AMÉRICAS

Diante do presidente dos EUA, Jair Bolsonaro não se constrange em dizer que o governo protege a Amazônia e volta a questionar processo eleitoral brasileiro. Mas fez pior: gastou dinheiro público em uma motociata na Flórida

O presidente Jair Bolsonaro teve passagem melancólica pela Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles, a partir de quarta-feira, 8. Ele chegou aos Estados Unidos com um dia de atraso para a reunião com o presidente Joe Biden, que aconteceu na quinta. E, para variar, men-

tiu. Mentiu descaradamente. “A questão ambiental, temos nossas dificuldades, mas fazemos o possível para atender aos nossos interesses e a vontade do mundo”, disse no encontro com Biden.

Ele voltou a afirmar que sente a soberania da Amazônia ameaçada e declarou que tem busca do ampliar a proteção da floresta amazônica e cuidado do meio

ambiente. Uma ficção desmentida pelos fatos. Na sexta-feira, 10, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelou que a Amazônia Legal teve 900 km² de área sob alerta de desmatamento apenas em maio. O número é o segundo maior para o mês em seis anos - atrás apenas de 2021.

A gestão de Bolsonaro acumula altas nos números do desma-

tamento e cortes em órgãos de fiscalização e controle ambiental. Órgãos como o Ibama, ICM-Bio e Funai têm sofrido cortes orçamentários. Em janeiro, o governo anunciou um corte total de R\$ 35,1 milhões no Ministério do Meio Ambiente. A maior parte – R\$ 25,8 milhões – saiu dos cofres do Ibama, justamente nas ações de prevenção e controle de incêndios florestais em áreas federais prioritárias, que tiveram redução de quase R\$ 17,2 milhões.

No informe oficial, a Casa Branca apontou que a conversa girou sobre como “nossos países devem trabalhar juntos para facilitar o desenvolvimento sustentável na maior bacia amazônica para reduzir drasticamente o desmatamento, se coordenar no Conselho de Segurança da ONU (na resposta sobre) a invasão da Ucrânia pela Rússia e apoiar a renovação democrática”.

Ao abordar o tema da Amazônia, Biden tratou de algo caro ao governo brasileiro: o auxílio internacional para preservar o bioma. “Vocês têm feito grandes sacrifícios como país na tentativa de proteger a Amazônia, o grande sumidouro de carbono do mundo. Acho que o resto do mundo deveria participar ajudando vocês a financiar isso para que vocês possam preservar o máximo que puderem. Todos nós nos beneficiamos disso”, disse. Mas Biden não apontou como tal financiamento pode vir a acontecer. Talvez no próximo governo.

Bolsonaro ainda insistiu em colocar sob suspeita o processo eleitoral brasileiro. Ele retomou a ladainha da necessidade de o Brasil ter eleições “auditáveis”. Na véspera do encontro com Biden, o líder da extrema-direita brasileira questionou novamente a vitória do atual presidente dos Estados Unidos afirmando que ficou com “o pé atrás” em relação às eleições americanas, ocorridas em 2020. O

ex-presidente Donald Trump, aliado de Bolsonaro, está sob o cerco do Congresso dos EUA, acusado de tentar promover um golpe e tentar invadir o Capitólio, em Washington, em 6 de janeiro de 2021.

Desde que chegou ao poder, há um ano e meio, Biden e Bolsonaro jamais tinham conversado. O presidente dos EUA sempre evitou contato, já que Bolsonaro fez repetidos comentários questionando a legitimidade da eleição do democrata, em 2020. Mas, frente à frente

CONFORME BOLSONARO FALAVA, BIDEN NÃO ESCONDIA SUA IMPACIÊNCIA, COM SORRISOS IRÔNICOS E EVITANDO CONTATO VISUAL COM O BRASILEIRO

com o líder brasileiro, o líder americano fez questão de reiterar seus comentários de que o Brasil tem uma “democracia vibrante e inclusiva e instituições eleitorais fortes”.

O encontro foi protocolar e frio, conforme apontaram veículos como os diários espanhol *El País* e português *Diário de Notícias*. A mídia anotou que não houve sequer uma troca de apertos de mãos e nem mesmo contato visual entre os dois mandatários. A conversa durou cerca de 50 minutos, apesar da previsão inicial de meia hora. Por cerca de 20 minutos, a pedido de Bolsonaro, os dois líderes fica-

ram sozinhos na sala, apenas com tradutores, o chanceler Carlos França e o secretário de Estado, Antony Blinken.

A BBC descreveu o encontro apontando os sinais de impaciência de Biden. Bolsonaro falou por cerca de sete minutos, contra pouco mais de um minuto e meio de Biden na abertura do encontro, que foi acompanhado pela imprensa. Conforme o brasileiro fazia o que chamou de “apresentação”, Biden foi crescentemente demonstrando sinais de impaciência, com sorrisos irônicos e evitando contato visual com Bolsonaro.

O mais constrangedor, contudo, estava reservado na Flórida. Em Orlando, Bolsonaro participou de uma motociata organizada por bolsonaristas que vivem nos EUA. Mercado de última hora, e sem constar na agenda oficial do presidente, foi a primeira vez que o chefe do Executivo faz um passeio desses fora do Brasil.

De acordo com a organização da motociata, o Grupo Yes Brasil USA, são esperadas cerca de 1 mil pessoas em apoio ao presidente. A motociata está prevista para acontecer após a inauguração do consulado. Bolsonaro também se encontrará com os prefeitos de Orlando, Buddy Dyer, e de Miami, Francis Suarez. O mais patético, contudo, é que o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República deslocou agentes para Orlando a fim de garantir a segurança.

Dinheiro público torrado em vão. “Não se espera que um chefe de Estado de outro país organize uma coisa dessas em uma visita ao seu território”, comentou um diplomata envolvido nos preparativos da viagem, ao explicar a preocupação do Ministério das Relações Exteriores em evitar um possível mal estar com o governo americano. O presidente do Brasil não deixa de fazer o país passar vergonha por onde anda. •



Reprodução/The Intercept

PROTESTO Em Los Angeles, a mensagem a Jair Bolsonaro, na Cúpula das Américas: onde estão o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira

CRIME NA AMAZÔNIA

PF investiga desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Planalto sente a pressão da comunidade internacional: onde estão os dois, que sumiram na fronteira do Brasil com o Peru, em área onde o crime atua impunemente?

O alerta varreu o mundo na segunda-feira, 6: o jornalista britânico Dom Phillips, correspondente do diário inglês The Guardian, e o indigenista Bruno Pereira, sumiram no domingo, na região do Vale do Javari, na fronteira longínqua do Brasil com o Peru. Somente na quinta-feira, 9, a Polícia Federal abriu oficialmente uma investigação criminal e começou a apurar o sumiço. A região onde ambos foram vistos pela última vez é descrita como uma terra sem lei. Um pescador foi preso por determinação da Justiça. Foi encontrado vestígios de sangue no seu barco.

O chefe da Polícia Civil do Amazonas, Guilherme Torres, anunciou que também está apurando o caso. "Estamos de fato trabalhando com a hipótese de que um crime possa ter ocorrido, mas há outra possibilidade, muito maior, de

que eles estejam perdidos", disse à agência Reuters. A Marinha e o Exército do Brasil enviaram equipes de busca em barcos e helicópteros para a área, com apoio das polícias federal e estadual.

Torres disse que não pode descartar que o desaparecimento de ambos esteja ligado a criminosos que operam na região sem lei. Dom Phillips e Bruno Pereira podem ter sido vítimas de uma emboscada de criminosos. Representantes da

Associação Indígena Unijava disseram que Pereira e Phillips estavam com uma patrulha indígena ameaçada por homens armados no sábado. A dupla gravou o confronto em um celular.

O desaparecimento dos dois homens, que tinham anos de experiência trabalhando na complexa e inóspita floresta amazônica, despertou preocupação global de grupos de direitos humanos, ambientalistas, políticos e defensores da liberdade de imprensa. O presidente Jair Bolsonaro, que enfrentou duros questionamentos de Phillips em coletivas de imprensa sobre políticas que enfraqueceram a aplicação da lei ambiental, disse em entrevista à TV na terça-feira que os dois homens "estavam em uma aventura que não é recomendada".

A líder indígena Sonia Guajajara disse em Nova York que a violência contra as tribos amazônicas está fora de controle. Ela falou com John Kerry, enviado do presidente Joe Biden para as mudanças climáticas, que disse estar chocado e prometeu investigar o

desaparecimento dos dois homens.

Patrulhas indígenas, que se queixam de uma aplicação da lei ambiental mais fraca desde que Bolsonaro assumiu o cargo pedindo menos restrições às terras indígenas, colidem regularmente com garimpeiros e caçadores ilegais no Vale do Javari. Phillips está pesquisando um livro sobre a Amazônia e seus defensores. Pereira foi afastado de seu cargo na Funai pelo governo. •

O JORNALISTA DOM PHILLIPS E O INDIGENISTA BRUNO PEREIRA FORAM VISTOS PELA ÚLTIMA VEZ NO VALE DO JAVARI, NO DOMINGO, DIA 5 DE JUNHO



Agência EFE

AVANÇO POPULAR

A luta dos movimentos sociais durante o governo Piñera contra as desigualdades resultou numa Assembleia Constituinte de maioria progressista e independente

NO CHILE, A DIREITA NÃO ACEITA OS AVANÇOS

Em minoria na Constituinte, conservadores rejeitam os direitos sociais aprovados para a nova Carta, que substitui aquela imposta pela ditadura Pinochet

O processo político do Chile continua a ensinar como a velha direita não aceita avanços, mesmo quando é a democracia que aponta os rumos, com a maioria ditando o caminho para a Nação. A direita sinalizou que não vai aceitar o novo texto constitucional que está emergindo da Assembléia Constituinte. O texto final está ainda em fase de ajuste e a proposta será apresentada oficialmente em 4 de julho.

A nova Carta Magna do Chile substitui a Constituição pinochetista e inclui direitos sociais como saúde pública e universal, educação gratuita e de qualidade e melhores aposentadorias para os trabalhadores. Pois os principais partidos da tradicional direita chilena anunciaram que vão rejeitar no plebiscito de 4 de

setembro a nova Carta.

A Renovação Nacional (RN), a União Democrática Independente (UDI) e a Evópoli, que formaram a coalizão com a qual o direitista Sebastián Piñera governou em seu segundo mandato (2018-2022), definiram suas posições em diferentes congressos realizados no último sábado. Durante semanas, a direita chilena ecoou a bandeira rejeição ao texto produzido por cidadãos independentes.

A Assembléia Constituinte é integrada por 154 cidadãos em sua maioria independentes e progressistas. Entre os direitos incluídos na Carta Política do Chile está saúde pública e universal, educação gratuita e de qualidade, melhores pensões, acesso à habitação e à água. A direita, que conquistou apenas 37 cadeiras nas eleições, alega que se trata

de uma norma “radical” e “exclusiva”, discutida sem consenso.

Se aprovada no referendo, obrigatório para maiores de 18 anos, a nova Carta substituiria a atual, herdada do regime de Augusto Pinochet (1973-1990) e considerada por muitos a origem das grandes desigualdades no país devido ao corte neoliberal e de privações de direitos civis.

O Chile iniciou o processo constitucional como forma política de dismantlar a onda de protestos massivos que começaram em 2019 e deixaram 30 pessoas mortas e milhares feridas. Em um plebiscito histórico em outubro de 2020, quase 80% dos chilenos foram a favor da mudança do texto e em maio do ano seguinte os eleitores foram eleitos nas urnas.

Reeleição

O plenário da Constituinte aprovou na quinta-feira, 2, por ampla maioria a norma que impede a reeleição do presidente, Gabriel Boric, para um segundo mandato imediato, uma vez que o atual termina em 2026.

Por 124 votos a favor, nenhum contra e três abstenções, os constituintes aceitaram o artigo que estabelece que “o presidente da República eleito para o período 2022-2026 não poderá concorrer à reeleição para o período seguinte e continuará no cargo com as atribuições constitucionais para as quais foi eleito”.

Uma decisão que o próprio presidente avaliou positivamente minutos depois no Twitter,

onde escreveu: “Muito bom. É o que corresponde”.

A reeleição do presidente da República é um dos artigos que mais gera polêmica na sociedade chilena, uma vez que não está contemplada na Constituição vigente, redigida durante a ditadura militar.

Já no projeto de Constituição que está sendo preparado para ser submetido a referendo popular no próximo mês de setembro consta que o chefe de Estado “pode ser reeleito, imediatamente ou mais tarde, apenas uma vez”.

Uma vez que Boric foi eleito para o período de transição entre as duas Constituições, os constituintes decidiram aprovar uma “norma transitória” que garante que, caso o novo texto seja aprovado, o novo “artigo passará a vigorar com seu sucessor no cargo”.

Por outro lado, o plenário da convenção rejeitou a norma transitória que sugeria elevar para dois terços o quórum necessário para que o atual Congresso faça modificações na nova Constituição.

A proposta, que previa que “durante a atual legislatura, os projetos de reforma constitucional serão aprovados com o voto favorável de dois terços dos deputados e deputadas e senadores em exercício”, somou apenas 71 votos a favor, longe dos 103 necessários para ser inscrita na minuta do novo texto constitucional.

A iniciativa deve agora retornar à Comissão de Normas Transitórias para que esta possa reformulá-la e devolvê-la ao plenário para apreciação. Essa reforma gerou rejeição nas fileiras socialistas e no entorno de Boric, que defende que “não deve haver quóruns específicos para uma legislatura em particular”. •



AFP

A ESPERANÇA

O candidato Gustavo Petro enfrenta a máquina do governo e os conservadores

A DURA ELEIÇÃO COLOMBIANA

Pesquisas indicam vantagem de Rodolfo Hernández sobre Gustavo Petro no 2º turno. A disputa está acirrada e o milionário diz que sua vida está em risco

As eleições presidenciais na Colômbia, que serão definidas no segundo turno em 19 de junho, mostram um cenário de polarização, com a direita avançando e dificultando os planos da esquerda de assumir o comando do país. Embora o candidato Gustavo Petro, senador do Pacto Histórico, tenha saído vitorioso no primeiro turno, alcançando 40,4% dos votos, ele enfrenta a força da tradicional direita colombiana, que apoia o milionário Rodolfo Hernández, um pastiche de Donald Trump.

Na quinta-feira, 9, Hernández anunciou o cancelamento de todas as atividades públicas até o segundo turno. “Para minha segurança e para garantir a possibilidade de uma eleição democrática em 19 de junho, tomei a decisão de cancelar todas as minhas aparições públicas entre agora e as eleições”, escreveu nas redes sociais. “Neste momento tenho certeza que minha vida está em risco”.

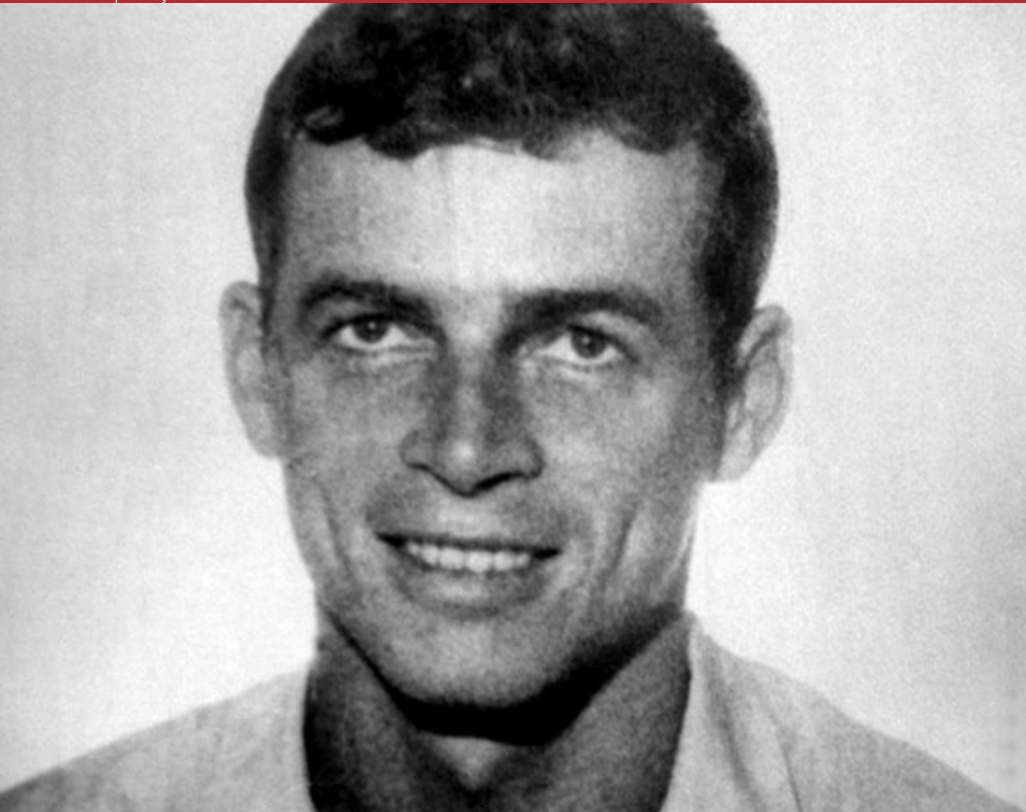
Duas pesquisas conduzidas pelos institutos Massive Caller e GAD3 dão a Hernández uma pequena vantagem sobre Gustavo

Petro. Os dados mostram um empate técnico. O Centro Nacional de Consultoria, Guarumo e YanHass, colocam Petro com uma leve vantagem sobre o milionário colombiano. A diferença é a margem de erro, assim como os votos em branco.

A Massive Caller em pesquisa com 1 mil pessoas por telefone, três dias após o primeiro turno, mostra Hernández com 55,4% das intenções de voto, e Petro, 44,6%. A pesquisa tem margem de erro de 3,4%. Já a espanhola GAD3 mostra Hernández com 52,3% e Petro, 45,1%. Os votos em branco chegam a 2,6%.

A pesquisa realizada para o jornal *El Tiempo* dá empate técnico entre Petro e Hernández. O milionário teria 46,1% e Petro, 43,3%. A margem de erro é de 2,5%. A pesquisa feita pela Guarumo e EcoAnalítica foi realizada entre 1º e 4 de junho, com 1.958 eleitores. Na pesquisa contratada pela rede de mídia RCN, Petro tem 42% e Hernández, 41%, mas os votos em branco somam 13%. Os indecisos e que não quiseram responder somam 5%. A margem de erro é de 3,2%. •

Reprodução



14 de junho de 1971

STUART ANGEL É PRESO E ASSASSINADO EM QUARTEL

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Stuart Angel Jones foi preso no Grajaú, Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971. Agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), para onde Stuart foi levado, o submeteram a prolongadas sessões de tortura.

Stuart foi amarrado à traseira de um jipe e arrastado pelo pátio do quartel. A cada parada do jipe, os agentes levavam a boca do estudante ao cano de descarga e o forçavam a respirar os gases do escapamento. Ele morreu asfíxiado e intoxicado por monóxido de carbono.

A Aeronáutica jamais reconheceu a morte de Stuart Angel, dado como “desaparecido”. Seu corpo teria sido transportado num helicóptero militar até a área da Restinga da Marambaia, para ser lançado ao mar. Em 2014, a

Comissão Nacional da Verdade passou a investigar a hipótese de o militante ter sido enterrado próximo à pista do aeroporto do Galeão.

A estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart, denunciou o seu desaparecimento ao governo dos Estados Unidos – ele era filho de pai norte-americano e tinha dupla cidadania. Ela passou os últimos cinco anos de sua vida exigindo uma resposta do regime.

Zuzu morreu em 1976 num acidente de automóvel provocado por agentes da repressão. Dias antes, tinha deixado com vários amigos cartas denunciando que estava marcada para morrer.

Um desses amigos, Chico Buarque, iria compor em sua homenagem a belíssima e triste canção “Angélica”: *“Quem é essa mulher / que canta sempre esse estribilho / só queria embalar meu filho / que mora na escuridão do mar”*.

13 de junho de 1964

DITADURA CRIA O FAMIGERADO SNI

O principal órgão de espionagem da ditadura militar e peça-chave do Sistema Nacional de Informações nasceu em 13 de junho de 1964. Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado com a finalidade de assessorar o presidente da República e o Conselho de Segurança Nacional.

O SNI articulava-se com os ministérios militares, que tinham seus próprios serviços de informação, a Polícia Federal, os Dops estaduais e os serviços secretos das polícias militares, ocupando o centro da malha da chamada “comunidade de informações”. Nos ministérios civis, em empresas públicas e estatais, foram instaladas as Assessorias de Segurança e Informação, que eram braços do sistema responsáveis pela vigilância política de funcionários e mesmo de ministros.

O SNI monitorou atividades de cidadãos dentro e fora do Brasil. Os agentes do “Serviço”, como o SNI era chamado, operavam nas embaixadas do país por meio do Centro de Informações do Exterior, criado em 1966 dentro do Itamaraty. Em pouco tempo, o SNI tornou-se uma vasta teia de espionagem, intrigas políticas e negócios ilegais, a ponto de se atribuir ao general Golbery a frase “Criamos um monstro”, quando o regime militar estava nos seus estertores.

Ricardo Stuckert



16 de junho de 2005

DIREITO À MORADIA DIGNA VIRA LEI COM LULA

Em 16 de junho de 2005, o então presidente Lula sancionou a lei de criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Com mais de um milhão de assinaturas, o projeto, fruto de iniciativa popular, tinha sido encaminhado ao Congresso Nacional em 1991.

A mobilização popular por moradia digna vinha se intensificando até que culminou, em abril de 2004, em manifestações em 16 estados brasileiros. Em São Paulo, cerca de 10 mil mani-

festantes promoveram passeatas e ocupações de áreas e prédios públicos da capital.

Finalmente sancionado, o projeto procurava atacar em várias frentes o histórico déficit habitacional brasileiro, beneficiando a população de menor renda. A nova legislação passou a prever que os recursos do FNHIS poderiam ser destinados à compra, construção, melhoria e reforma de moradias, implantação de infraestrutura urbana e aquisição de materiais de construção.

Outras datas históricas

14/06/1894: Nascimento do jornalista e ativista peruano José Carlos Mariátegui.

15/06/1916: Nascimento da militante política Helena Grecco, em Abaeté, Minas Gerais. Ela viria a ser integrante do Diretório Nacional do PT.

14/06/1928: Nascimento do revolucionário Ernesto "Che" Guevara, em Rosário, Argentina, que viria a ser um dos líderes da Revolução Cubana.

14/06/1932: Nascimento do militante sindical brasileiro Abdias José dos Santos, que viria a ser o primeiro tesoureiro da CUT.

13/06/1945: Nascimento de Darci Accorsi, em Nova Prata, no Rio Grande do Sul. Ele viria a ser prefeito de Goiânia pelo PT.

14/06/1952: Nasce em São Paulo Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, que se tornaria prefeito de Campinas.

14/06/1956: Nasce o militante Mario Wendel Abramo, filho de Zilah e Perseu Abramo, matemático e ativista político.

11/06/1993: Acontece em Brasília o 8º Encontro Nacional do PT.

13/06/2003: Criação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL) pelo governo Lula.

10/06/2008: Lançamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), uma iniciativa do governo Lula.

16/06/2009: Reunião da primeira cúpula oficial do BRIC, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China.

11/06/2015: Realizado em Salvador, na Bahia, o 5º Congresso Nacional do PT.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

O ÚLTIMO SUSPIRO DO CLASH

Há 40 anos, o clássico *Combat Rock* era lançado. O disco ainda é um petardo político e sonoro poderoso que continua a surpreender. Agora, saiu uma edição comemorativa do álbum

Olímpio Cruz Neto

O ano de 1982 foi um dos mais duros para a juventude inglesa. A Guerra das Malvinas havia estourado e jovens recrutados eram mandados para o Atlântico Sul para lutar pela posse de uma ilha no confins da Argentina. Um trauma que ainda persiste para muitos que cresceram na velha britanha de Margaret Thatcher.

Em maio daquele ano, a banda The Clash lançava *Combat Rock*, o último canto da dupla Mick Jones e Joe Strummer, que surpreendentemente tornou-se o disco mais popular do quarteto punk, separado logo depois pelas constantes rixas entre os dois compositores e frontmen.

O grupo estava no auge e havia conquistado o mundo e a América e deixava claro que estava ali para continuar a provocar o establishment. O álbum abre com a furiosa "Know your rights", um poema-punk que mostra a atitude e a consciência política a milhares de moleques pobres, obrigando-os a encarar a realidade.

A canção é berrada por Strummer: "This is a public service announcement/ With guitar/ Know your rights all three of them/ Number 1/ You have the right not to be killed/ Murder is a crime!/ Unless it was done by a policeman or aristocrat/ Know your rights".

Em tradução livre: "Este é um anúncio de utilidade pública/ Com guitarra./ Conheça seus direitos,

Getty Images



todos os três/ Número 1/ Você tem o direito de não ser morto/ Assassinato é um crime!/ A não ser que seja feito por um policial ou aristocrata/ Conheça seus direitos". Isso se chama consciência de classe.

Todas as letras parecem gerar aquele mal-estar típico de quem cresceu no mundo pós-Guerra do Vietnã, com a "sensação de mau presságio" e a decadência do Ocidente. Não é para menos. A banda havia sido capturada pelo filme *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola, lançado em 1979.

A canção "Straight to Hell" descreve as crianças geradas por soldados americanos nas vietnamitas violadas e depois abandonadas: "Você quer juntar-se a um coro de blues amerasiático?/ Quando for natal na cidade Ho Chi Min/ A criança dirá papa papa papa papa-san me leve pra casa".

Embora o disco tenha essa pegada politizada e engajada, é um álbum de rock com sabores pop e pelo menos dois hits mata-

dores que ainda fazem o mundo balançar. O primeiro é "Rock the Casbah", uma canção do baterista Topper Headon, que toca piano e baixo, com letra de Strummer, ironizando a proibição da execução pública de canções no Oriente Médio, particularmente o Irã, após a revolução de 1979.

O outro sucesso mundial do álbum é "Should I Stay or Should I Go", de Mick Jones, que é uma canção de amor: "It's always tease, tease, tease/ You're happy when I'm on my knees/ One day is fine, next is black/ So if you want me off your back/ Well, come on and let me know/ Should I stay or should I go?"

Em tempo. Saiu uma versão comemorativa do disco, com três CDs, mais um k7, com raridades, takes alternativos e faixas ao vivo, que você pode ouvir no serviço de streaming mais próximo de você. É diversão garantida! E fique atento: este é o último disco de rock que realmente importa. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

Saiba como criar um comitê
pt.org.br

BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
**Sérgio
Buarque
de Holanda**
Documentação e
Memória Política
instituído em 2001